

MARIANGELA FERREIRA ANDRADE PRAIA

GOVERNO LULA: NAS TRILHAS DO NACIONAL-  
DESENVOLVIMENTISMO E DO LIBERAL-  
DESENVOLVIMENTISMO

Trabalho de conclusão de curso de Relações  
Internacionais para a Universidade de Brasília  
apresentado como requisito parcial à obtenção  
do título de especialista em Relações  
Internacionais.

MARIANGELA FERREIRA ANDRADE PRAIA

GOVERNO LULA: NAS TRILHAS DO NACIONAL-  
DESENVOLVIMENTISMO E DO LIBERAL-  
DESENVOLVIMENTISMO

Trabalho de conclusão de curso de Relações  
Internacionais para a Universidade de Brasília  
apresentado como requisito parcial à obtenção  
do título de especialista em Relações  
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Arraes

Brasília  
2010

## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador Prof. Dr. Virgilio Arraes sem o qual esse trabalho não seria possível. Sua orientação além de nortear os rumos deste trabalho, instigou a minha visão crítica sobre o tema.

À amiga e revisora Luciana Pacheco pelo essencial toque de correção gramatical.

À minha família, na figura do meu sogro Chico Dias, que me proporciona horas de elucidações históricas, essenciais para a contextualização do objeto desse trabalho.

Aos meus pais, incansáveis estimuladores do meu crescimento intelectual.

Ao Mia, pela ajuda sem fim.

À Mariah e ao André por serem a minha razão de existir.

“Ele (o ocidente) impõe um sistema neoliberal de ‘livre mercado’, que canaliza os recursos aos ricos e investidores estrangeiros, afirmando que algo irá resultar dali, como num passe de mágica, logo depois da chegada do Messias”.

NOAM CHOMSKY

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar os primeiros anos do Governo Lula no que concerne à forma de governo proposta e a sua política econômica. Sob uma perspectiva histórica, a abordagem privilegia a revisão da literatura sobre aspectos conceituais importantes para a análise em questão. A supremacia do neoliberalismo e do Estado Normal será vista como uma escolha política que reafirma, ou continua, as posturas políticas anteriores. Possibilitada por uma hegemonia regressista que se instalou no país desde os anos noventa.

## **ABSTRACT**

This paper intent to analise Lula's first years of government. Especially its political and economical proposal and also its form of government. Using a historical perspective, this approach privileges a literature review about important concepts for the analysis. Neoliberalism and the Normal State supremacy will be viewed as a political choice that reaffirms or continues the choices made by the preview governors. Possible due to a regressive hegemony installed in the country in the 90.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
1. INTRODUÇÃO .....	8
2. DEFINIÇÃO DE ESTADO .....	10
<b>2.1 A Formação do Estado Nacional Brasileiro.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 O Estado Desenvolvimentista.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 O Estado Normal.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4 O Estado Logístico .....</b>	<b>24</b>
3. NEOLIBERALISMO E SUAS RAÍZES .....	26
<b>3.1 A Guerra Fria e o Socialismo.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2 O Fim da Guerra Fria .....</b>	<b>31</b>
<b>3.3 A emergência do neoliberalismo e o consenso de Washington.....</b>	<b>37</b>
4. NEOLIBERALISMO E AMÉRICA LATINA.....	42
<b>4.1 Neoliberalismo.....</b>	<b>42</b>
<b>4.2 As Bases de Apoio ao Modelo Neoliberal.....</b>	<b>46</b>
<b>4.3 LULA e o triunfo neoliberal.....</b>	<b>49</b>
<b>4.4 Algumas análises no discurso antes e depois das eleições de 2002.....</b>	<b>54</b>
5. CONCLUSÃO .....	57
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

## 1. INTRODUÇÃO

O Presente trabalho se propõe a revisar a literatura a respeito da política econômica e a proposta de Estado, implementadas pelo Governo Lula em seu primeiro ano de mandato. Para tanto, ele se divide em três capítulos, onde os temas serão abordados sob uma perspectiva histórico-conceitual.

O primeiro expõe a formação do estado nacional brasileiro e descreve os tipos de Estado, segundo uma visão da teoria das Relações Internacionais. O Estado desenvolvimentista é aquele de base agro-exportadora, que se inicia ainda na formação do Estado Nacional e irá, ao longo do século XX, implementar suas estruturas sob a batuta das elites nacionais. O Estado normal tem em seu âmago o viés da dependência do capital externo como estratégia de desenvolvimento. Isto se impõe como estratégia de inserção internacional e irá ainda ter o modelo neoliberal como alicerce econômico.

Encerrando o primeiro capítulo descrevemos o Estado logístico. Esse último tipo de Estado aparece descrito na teoria como um modelo maduro o suficiente, para fortalecendo a economia nacional, transferir a parte empreendedora ao capital privado. É, essencialmente, um modelo que se atribui ao Chile, mas, como veremos, é em muito semelhante ao Estado Desenvolvimentista desenvolvido no restante da América Latina.

No segundo capítulo, iremos explorar o neoliberalismo e suas raízes históricas. Para tanto, é necessário remontar à Guerra Fria e ao socialismo como contexto prévio de uma realidade que só se instaurou devido aos conflitos ideológicos dos dois blocos. Nesse diapasão a tensão latente, a corrida armamentista, os programas de reconstrução das economias colapsadas no pós guerra vão fomentar a criação de modelos econômicos que possam reestruturar os Estados. É nesse contexto, que a discussão do *quantum* interventor o Estado pode ser na Economia vai ganhar força e impulsionar a criação de modelos econômicos.



De um lado o Estado de Bem estar social e de outro o liberalismo que prevê o Estado mínimo. As respostas aos ciclos de crise e boom econômicos do século XX irão garantir que a América Latina entre no fim do século com problemas estruturais ainda maiores que os anteriores. O Consenso de Washington vai recomendar as políticas econômicas que deverão ser aplicadas, para a salvação das economias periféricas. O segundo capítulo termina com a explanação sobre o surgimento do neoliberalismo, nesse contexto de reformas urgentes para economias decadentes.

No terceiro capítulo, a discussão se pauta em torno da inquietação que originou esse trabalho. Analisaremos o triunfo do neoliberalismo no Brasil. Inicialmente, com a definição teórica sobre seus aspectos. Seguindo para a sua aplicação na prática política brasileira desde Fernando Collor de Melo até chegarmos no nosso objeto propriamente que é o primeiro governo Lula. E nesse, analisaremos seu discurso de campanha, suas propostas em termos de Estado e política Econômica – e seu impacto na política externa – e o que se verificou após as eleições de 2002.

## 2. DEFINIÇÃO DE ESTADO

### 2.1 A Formação do Estado Nacional Brasileiro

Em 1850, consolidou-se o Império, sustentado na autonomia local dos senhores do café e do açúcar. O período foi marcado por inúmeras rebeliões locais contra o poder central, que logrou manter sua unidade sob a defesa incondicional da escravidão. A partir de 1850, o Estado Imperial se estabiliza e regulamenta suas regras de funcionamento na forma de um regime parlamentar extremamente excludente, mas forte e duradouro.

Quando a agricultura de exportação cafeeira entra na pauta da divisão internacional do trabalho<sup>1</sup>, o café e os cafeicultores ascendem ao primeiro plano das exportações da política brasileira. Paralelamente, os militares que acabavam de retornar da guerra do Paraguai emergiam a esse plano e aliavam-se aos cafeicultores e às pressões da potência hegemônica na luta pela abolição da escravatura. Nesse momento, nascem os partidos republicanos, que contribuiram para a convergência de forças que, em 1888, abolem a escravidão e acabam com a unidade do Império.

Entre 1889 e 1898, as novas forças sociais se enfrentaram na luta pela definição dos parâmetros de sustentação da dominação política. Esse enfrentamento transparece no conflito entre o jacobinismo militar, que defendia o fortalecimento do Estado central para a realização das reformas necessárias e o liberalismo da oligarquia paulista que propunha o respeito ao liberal-federativo inscrito na constituição de 1891. Esse conflito condensa-se na disputa político-ideológica em torno das regras de organização e gestão das instâncias locais do poder estatal e as linhas a serem seguidas pela sua política econômica.

A proposta militar se fragilizou devido à sua dispersão no combate às revoltas ocorridas no sul e na luta contra Canudos. Diante disso, a supremacia

---

<sup>1</sup> Em decorrência da Revolução Industrial, as manufaturas inglesas ‘internalizavam’ as economias externas. As atividades econômicas de parte da população mundial passa a se comportar de maneira interdependente de um conjunto articulado. (FURTADO, 1970, pp. 55-60).

oligárquica planta suas raízes e viabiliza um pacto de sustentação civil ao novo Estado com a política dos governadores idealizada por Campos Salles. Fundamentalmente, essa política impôs o predomínio do grupo agro-exportador sem excluir os demais setores. E ainda, reconheceu os poderes locais e estabeleceu regras de não intervenção em suas respectivas áreas de influência. O pacto oligárquico começa a ruir a partir da década de 20 mais intensamente a partir da crise de 1929. O movimento que se instaura entre 1930 e 1937 é de centralização do poder pelo Estado central esvaziando, dessa forma, o poder dos Estados federados e seus governadores. (FIORI, 2003)

## **2.2 O Estado Desenvolvimentista**

O perfil agro-exportador brasileiro define-se pelas características da colônia de exploração, que tinha por razão o abastecimento da metrópole. Ainda nos primeiros anos da república brasileira, na última década do século XIX, o café se consolida como primeiro produto na pauta de exportação brasileira. E a política nacional vai ser dirigida por essa elite agro-exportadora, pautando seus interesses comerciais.

Ainda nos primeiros anos do século XX o Brasil se consolida como grande exportador de borracha, responsável por 97% da produção mundial. Concomitantemente, E devido à baixa cotação dos grãos de café, o governo dá início ao primeiro plano de valorização do café. Por esse plano, todo excedente da produção cafeeira era comprada pelo governo, o que garantia o preço da safra e o lucro dos cafeicultores.

Com a primeira guerra mundial, o sistema econômico se desestrutura. A Inglaterra perde o posto de principal centro econômico mundial e o padrão ouro não se mantém. A entrada do Brasil na guerra coincide com uma grande crise no setor cafeeiro, que ainda era o principal setor exportador do país. Internamente, opta-se

pela diversificação da produção agrícola e outros produtos entram na pauta de exportação.

A década de 30 é marcada pelos efeitos da crise de 1929. Os países impõem taxas protecionistas a fim de resgatar seu potencial exportador. Em consequência, a década testemunha o fim dos liberalismos e a ascensão dos regimes totalitários de direita e de esquerda. A Europa conhece o Nazismo e o Fascismo e, por toda a América Latina, ditaduras militares são implantadas. Os conflitos nacionalistas vão eclodir na segunda guerra mundial em 1939 e, em consequência, as exportações brasileiras ficam prejudicadas. O café, ainda o maior produto da balança comercial, terá um excesso de oferta enquanto a demanda mundial cai substancialmente. A resposta governamental é a queima dos estoques paulistas. No mesmo período, a substituição de importações é impulsionada.

Durante os primeiros anos da década de 40, a Guerra desestabiliza a produção de mercado e o comércio internacional. A demanda por matérias primas minerais aumenta, assim como a borracha que tem, na época, o início de um novo ciclo. O ano de 1945 é marcado pelo fim do Estado Novo, o presidente Eurico Gaspar Dutra promove a liberdade das operações comercial e financeira; o que acaba por dissipar as reservas cambiais. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os preços internacionais do café se tornam atrativos, a demanda pelo Café volta a crescer e o grão passa, novamente, a ocupar papel de destaque na exportação brasileira

A partir da década de 50, o país volta a crescer. O período ficou conhecido por fase democrática do nacional desenvolvimentismo. Getúlio volta ao poder e retoma medidas protecionistas enfrentando o desequilíbrio na balança comercial. Com a eleição de Juscelino Kubitschek, inaugura-se a fase do desenvolvimento acelerado que consolida a industrialização com a implementação do plano de metas de JK. O plano incluía, entre outros, a implantação de indústrias automobilísticas no país e a produção de bens de capital. No mesmo período, é forte a pressão pela nacionalização do petróleo. A normalização do comércio internacional traz o café ao primeiro plano das exportações brasileiras.

Na década de 60, a política de comércio exterior tem como meta o aumento da competitividade dos produtos a diversificação da pauta de exportação e a ampliação do mercado. Café, açúcar, algodão e minérios ainda são 60 % das exportações (MDIC, 2008). Em meados dos anos 60, a política brasileira põe em prática a substituição de importações e os produtos manufaturados passam a ter aumento significativo na pauta brasileira.

Esse modelo de crescimento econômico se esgota na década de 70. Com as sucessivas crises do petróleo, a elevação das taxas de juros norte-americana e o aumento dos preços das matérias primas afetam todos os países da área capitalista. É o fim do que se chamou de Milagre Econômico Brasileiro, onde o país chegou a crescer 11% ao ano (MDIC, 2008).

O Estado desenvolvimentista surge na América Latina entre 1914 e 1950 em decorrência da disputa que perdurou todo o período entre Alemanha e Estados Unidos pela sucessão do posto de *hegemon* ocupado antes pela Inglaterra. No contexto da industrialização dos capitalismos centrais é que nasce a América Latina como periferia, enquanto fornecedora de matéria prima em troca dos produtos manufaturados que não produzia. O Estado desenvolvimentista surge como forma de impulsionar a industrialização que, à época, era tida como única alternativa às restrições impostas pela retração econômica do contexto internacional de guerra e crise.

Os Estados Unidos vivenciaram um embrionário Estado Desenvolvimentista ainda quando de sua guerra civil. Na disputa entre estados do Sul e do Norte, em relação à expansão territorial e à integração com o sistema mundial liderado, à época, pela Grã-Bretanha; a vitória nortista consolida a integração dos territórios adquiridos numa economia nacional coesa. Segundo Giovanni Arrighi, o governo:

“após a guerra civil promoveu a centralização da atividade bancária, a proteção das indústrias domésticas (através de um aumento acentuado das tarifas), a ocupação e exploração da terra, a formação de sistemas transcontinentais de ferrovias e telégrafo, e a entrada de imigrantes vindos da Europa” (ARRIGHI, 1996, p. 300).

O resultado do protecionismo foi a ocupação de mais terras e a consequente expansão acelerada da produção. Essa expansão foi capaz de gerar as condições de oferta e procura para a formação de um sistema industrial maior e mais diversificado, de bases nacionais. Possibilitada pela venda, ao exterior, do excedente agrícola (ARRIGHI, 1996). Nessa fase, a agricultura foi a base para o desenvolvimento da indústria nacional norte-americana.

Internamente, as empresas passaram a integralizar os sub-processos de produção. Isso significou a vinculação de insumos primários específicos a produtos finais específicos, dando origem às primeiras empresas formadas por várias unidades verticalmente integradas de recursos abundantes e regulares. As economias que surgem desse modelo são “economias de velocidade” e fazem do governo e do empresariado estadunidense vanguardas no movimento protecionista que destruiu o sistema britânico de mercado mundial e levou o capitalismo a se retrair em ilhotas de economias nacionais. (ARRIGHI, 1996)

Diferente do que ocorreu com os Estados Unidos, que lograram desenvolver sua indústria nacional ao mesmo tempo em que detinham insumos para seu funcionamento, a formação do sistema de divisão internacional setorizou o desenvolvimento. Por um lado, os centros industriais acumulavam progresso tecnológico e capital e, de outro lado, as regiões periféricas expandiam a produção de matéria prima sem grandes modificações nas formas de produção. (FURTADO, 1970). A crise de 1929 abala as estruturas desse sistema de forma que a demanda pelos produtos primários declina vertiginosamente. As economias periféricas reduzem suas capacidades de importar.

A II Guerra Mundial alavanca uma nova ordem política e militar mundial bipolarizada. A economia passa a ser organizada sob a regência hegemônica dos Norte Americanos que impõem um padrão de produção e consumo. A nova hegemonia foi comandada por investimentos diretos das grandes corporações multinacionais, que aceleraram a tendência internacionalizante do capitalismo. Nessa fase, México e Brasil foram escolhidos para serem alvo desses investimentos diretos. Nesses países, ocorreu o processo de internacionalização dos mercados internos

gerando um processo de acumulação endógena, marcado pela presença de capitais e interesses externos.

Do começo dos anos 60 até a crise do petróleo em 73-74, os países latinos alteraram suas políticas econômicas com vistas a aproveitar ao máximo a dinâmica do comércio exterior. Além do incentivo a cooperação regional, tentou-se enquadrar a industrialização em mercados amplos e estender o progresso técnico à agricultura. A isso somam-se as mudanças internas na política que diferiram de forma ampla entre os países latino-americanos. Os dados da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, para o período apontam para um aumento do dinamismo econômico, incluindo a ampliação do papel do comércio exterior na transformação produtiva. (CEPAL, 2000)

No início desse período, o Brasil deu início a um conjunto de grandes projetos que tinham a finalidade de substituir as importações e aumentar as exportações. O endividamento externo do período serviu para aumentar a capacidade de exportação do período. Da mesma maneira, México também expandiu sua capacidade produtiva chegando a taxas de 12 % ao ano. Os dois países não tiveram grandes mudanças no estilo de crescimento, “o setor estatal fortaleceu-se com a expansão das empresas públicas. (...) em ambos os casos, a expansão real e potencial das exportações continuou a reforçar a intenção desses países de incorporarem-se como periferia na economia internacional” (CEPAL, 2000)

Ao traçar o panorama da evolução do Estado desenvolvimentista brasileiro, José Luis Fiori localiza cinco momentos político-econômicos fundamentais. São cinco conjunturas de crise, onde se explicita as decisões que se “impuseram como ação e contribuíram para a definição dos parâmetros estruturais e das tendências de seu movimento.” (FIORI, 2003, p. 121)

A crise e a ruptura do pacto oligárquico começam com a Primeira Guerra Mundial. Durante as décadas seguintes, sucessivas crises irão reformular o compromisso firmado com a política dos governadores, até chegar o momento, na década de 70/80, em que serão questionados as regras e o espírito dos pactos anteriores.

A Primeira Guerra Mundial afetou as exportações brasileiras e a capacidade de importar, impactando, em conseqüência, os mecanismos internos de financiamento e o padrão de vida das populações dependentes desse comércio. A época significou também o desatrelamento da moeda brasileira de qualquer padrão hegemônico internacional. Com isso a moeda local ganha autonomia, que preservada até a década de 80, proporcionou ao Estado a função inédita de arbitrar sobre o valor do dinheiro no mercado interno. Diante desse cenário, a centralização do poder no nível federal impunha-se como exigência da própria unidade territorial do espaço de dominação e acumulação (FIORI, 2003).

Após a Primeira Guerra, o capital estrangeiro entrou no país através na forma de investimentos diretos e de instalação de filiais de empresas estrangeiras. No entanto, essa instalação se deu de forma subordinada ao capital nacional. Inicia-se um pacto implícito regulado pelo Estado que assegurou a sobrevivência de setores de menor produtividade e rentabilidade real. No entanto, esse pacto implícito limitou a eficácia da proposta desenvolvimentista, como entende Fiori:

“estabeleceram-se assim as condições que viriam a fortalecer e debilitar, a um só tempo, a experiência desenvolvimentista do Estado brasileiro, na medida em que submetem a um conjunto de pressões permanentes e contraditórias, equacionadas quase sempre pela via da centralização autoritária. Mas, ao mesmo tempo, estas condições limitaram a eficácia da ação estatal, induzindo uma acumulação capitalista assentada sobre mercados segmentados e com alto grau de heterogeneidade tecnológica. Essa segmentação, por sua vez, ao não assegurar o assalariamento geral da população economicamente ativa, impedia a formação de uma classe fundamental – o operariado, enquanto classe geral ou nacional.” (FIORI, 2003, p. 128-129)

As elites fortaleceram o poder do Governo Central com suas decisões, mas também impuseram regras para a utilização desse poder. Seu compromisso preservava as desigualdades, garantia a sobrevivência política de setores atrasados da economia nacional e impedia a acumulação característica do livre-comércio. Nessa perspectiva, as reivindicações neo-liberais ficaram postergadas até os anos 70/80.

A crise da década de 30 culmina com a deterioração do pacto oligárquico. A década representou o momento de acirramento dos conflitos que emergiram com a primeira guerra e que avolumaram-se com as primeiras iniciativas estatais em defesa dos interesses da cafeicultura, no plano econômico, através do que



se denominou “socialização das perdas” , onde o Estado usava seu novo poder para deslocar recurso e alterar valores em favor dos mais importantes setores regionais exportadores sob o manto do “interesse nacional” (FIORI, 2003, p. 133).

A Grande Crise e a Segunda Guerra Mundial aumentam a fragilidade externa brasileira e sua capacidade de financiamento gerada pelo setor exportador. A época foi marcada ainda pela maior intensidade das mobilizações reivindicatórias da classe operária e dos setores médios urbanos, além dos conflitos político-econômicos intra-oligárquicos envolvendo, de forma secundária, setores da burguesia industrial que pleiteavam as mesmas vantagens concedidas às frações agro-mercantis. Essa fase foi marcada por uma forte instabilidade institucional.

Essa visão é reforçada pelo sociólogo Francisco de Oliveira (1977) que entende que os impasses do sistema se davam, sobretudo, por causa da luta entre os grupos econômicos para o controle ao acesso aos recursos provenientes do capital exterior. A luta pela acumulação de capital torna instável os acordos e alianças dentro dos próprios grupos dominantes.

Diante desse quadro, a classe dominante opta outra vez pelo crescimento com a centralização de poder na mão do Estado. No entanto, esse crescimento só seria possível através da industrialização, e a centralização demandaria um regime autoritário. Nasce, aqui, o Estado Novo e com ele o Estado adquire função de criar e transferir recursos e fundos para gastos e investimentos, capacitando-se enquanto promotor da industrialização. (FIORI, 2003). Opera no Estado Novo, o Estado desenvolvimentista, que vinha sendo criado desde a Primeira Guerra.

A longa crise recessiva internacional chega ao fim em 1947. A Europa volta a crescer com o financiamento do plano Marshall, sob a estrutura da nova geopolítica Mundial que polarizou o mundo em dois pólos distintos. O Brasil alinhou-se à potência Americana sem opor-lhe resistência, declarando a paridade de sua moeda ao dólar. Nesse espaço, se expandiram e transnacionalizaram as estruturas produtivas das grandes corporações multinacionais, aumentando os investimentos externos em vários países, inclusive no Brasil.

Esses investimentos foram possíveis porque o Estado foi capaz de investir pesadamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade. A Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL deu o apoio teórico e institucional ao consenso que se formou em torno da importância da industrialização. Com a tese de que as economias latino-americanas necessitavam que os governos fomentassem a industrialização de forma ativa. (THORP, 1998).

Dessa forma, o Estado Desenvolvimentista redescobriu seu poder de ampliar os gastos sem alterar sua base tributária mediante emissões e confiscos cambiais e, com isso, a inflação tornou-se mecanismo de financiamento do desenvolvimento industrial. Esse mecanismo escolhido pelo Estado para proporcionar condições necessárias ao financiamento foi, ao mesmo tempo, causa e solução das crises financeiras e institucionais que acompanharam o novo padrão de acumulação liderado pelo capital industrial. Segundo Fiori:

Foram nos momentos de desaceleração dos ciclos acompanhados pelo aumento da inflação e estreitamento fiscal do Estado e pelo agravamento do conflito distributivo que o Estado desenvolvimentista deixou clara a sua fragilidade frente às pressões empresariais e políticas responsáveis pelo aprofundamento das crises. (FIORI, 2001, p. 193)

O sistema político se torna instável e somente a partir de 1955 o Estado irá responsabilizar-se pelas condições externas e pelo financiamento e pela produção enquanto agente empresarial. Em consequência, forma-se a aliança do Estado com o capital nacional, que liderou a industrialização pesada.

Paralelamente, o desenvolvimentismo conservador recebe o apoio das forças progressistas e das forças populares. Isso porque o clima do pós-guerra suscitava essa postura por parte do Estado. O Estado desenvolvimentista foi recomendado pelo consenso de Washington que previa a necessidade da intervenção do Estado responsável por prover infra-estrutura e implementar políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial (FIORI, 2001). Nesse momento histórico, o Estado desenvolvimentista se reorganiza, expandindo-se para atender às suas novas funções.

A industrialização pesada desenvolvimentista deslança com o governo JK, de forte base populista, desencadeia as crises típicas do crescimento industrial

que se estende até 1967. A solução apontava, como anteriormente, para soluções autoritárias origem do golpe militar de 1964. O golpe que a princípio tinha ideais liberais fracassou justamente por promover o aumento do aparelho econômico e produtivo do Estado.

Depois de 68, o regime militar abandona o discurso liberal e volta-se para o desenvolvimentismo conservador. Quando o crescimento econômico desacelera, os antigos conflitos das classes dominantes ressurgem, principalmente a necessidade de reafirmarem-se os velhos pactos e compromissos. No entanto, a crise, dessa vez, coincide com a crise internacional da economia e as velhas soluções não são apoiadas. Essas divisões internas contribuem para o movimento da redemocratização do Estado e acelera o fim do Estado desenvolvimentista.

Immanuel Wallerstein, ao descrever as correntes teóricas, do período contrapõe a visão dos que eles chamou desenvolvimentistas aos estruturalistas ou em sua definição “perspectiva do sistema mundo”. Os desenvolvimentistas tiveram seu ponto alto entre os anos de 45 e 60 e eram basicamente “uma cópia mecânica” de visões liberais. Outra visão é a dos estruturalistas cepalinos, entre eles Furtado e Prebisch que, numa abordagem resumida, poderíamos dizer pretendiam o desenvolvimento dos subdesenvolvidos.

O fundamental é que essa corrente tinha por fio condutor a crítica ao desenvolvimentismo da maneira como os primeiros o pensaram. Wallerstein (1993) definiu a corrente por “perspectiva Sistema Mundo” porque, em suma, seus teóricos diziam que há no mundo moderno uma economia capitalista mundial única. Dessa forma, os Estados Nacionais fazem parte do mesmo sistema e estão interconectados nele.

Revisitando suas teorias econômicas, Prebisch reconhece que, à época em que as apresentou, elas não foram capazes de penetrar a fundo a estrutura social, tão pouco foram soluções eficientes à ortodoxia. Depois de anos aprimorando seus estudos, chegou ao conceito de centros. Um que seria dinâmico, principal, que transfere seus impulsos a outro, periférico. Em suas palavras:

“Impulsos de expansión cíclica seguidos periódicamente de movimientos de contracción. A los centros correspondía un papel activo, a La periferia un papel pasivo em estos movimientos ondulatorios de La economía, si bien La reacción periférica em La fase descendente Del ciclo, contribuía a La recuperación de La actividad de los centros, dando lugar a nuevos impulsos.” (PREBISH, 1981, p. 30)

Prebisch considera que esse movimento cíclico representa a forma de crescimento das economias capitalistas.

Nessa perspectiva, pensar o Estado desenvolvimentista é fundir teorias econômicas aos problemas políticos. Ainda que o capitalismo periférico seja parte do capitalismo mundial, suas especificidades fazem com que as teorias econômicas clássicas não sejam apropriadas à resolução de seus problemas. Surgiu daí, a necessidade de elaborações teóricas que atendam a essas especificidades.

Bielschowsky (2000), ao traçar um panorama sobre o pensamento econômico brasileiro que predominou do período que compreende os anos 1930 até 1964, constata um quadro de controvérsia teórica, como pano de fundo do debate sobre o desenvolvimento econômico. De um lado, os argumentos empregados na teoria do subdesenvolvimento e, de outro, as teorias políticas liberais. No entanto, ambas as correntes propunham políticas para países subdesenvolvidos, de industrialização como forma de superar a pobreza ou minimamente de reduzir a diferença entre eles e os países ricos. Isso, idealisticamente, através de um crescimento econômico auto-sustentado.

A principal disputa política e teórica ao futuro dos países desenvolvidos foi a da conveniência da intervenção do Estado no estabelecimento de um novo padrão de crescimento. A principal crítica era em relação aos princípios do livre comércio, da livre alocação de recursos em nível interno e externo, por meio de mecanismos de mercado. Essa crítica dava o suporte necessário para justificar as intervenções estatais, em particular ao planejamento e ao protecionismo (BIELSCHOWSKY, 2000).

Essas intervenções estatais eram vistas como meios rápidos e eficientes de alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos. No que concerne ao debate dos países latino-americanos, a corrente estruturalista consistiu numa gama de explicações não convencionais sobre as causas da inflação, “dos problemas do

balanço de pagamentos e também objetivava dar suporte as medidas de política heterodoxas destinadas à aceleração do processo de industrialização” (Bielschowsky, 2000, p.12). Nessa esteira, os países subdesenvolvidos eram o terreno para a disputa entre liberalismo e intervencionismo.

A crise do modelo desenvolvimentista começou, verdadeiramente, nos anos 80 como efeito combinado das altas taxas de juros internacionais, do preço do petróleo, da queda dos preços das commodities e da nossa exclusão do mercado financeiro internacional. Nos dizeres de Fiori, foram quatro choques “quase simultâneos que provocaram um efeito em cadeia sobre o câmbio, a inflação, o endividamento interno, o crescimento econômico e finalmente a falência estatal, que prolongou e se consolidou durante a década de 1980.” (FIORI, 2003, p. 121). A era chega ao fim no começo dos anos 90 com a adesão pelas elites brasileiras ao novo modelo neoliberal, associado à globalização.

O fim da guerra fria, da bipolaridade significou um novo alinhamento mundial. A nova potência hegemônica consolida sua posição de liderança, enquanto os países em desenvolvimento se tornam ainda mais dependentes. A estratégia política por todo mundo, sugere que os países se alinhem de forma a uniformizarem-se político, econômico, estratégico e ideologicamente (CERVO, 2001). O Estado Normal vai ser a figuração do que esse novo tempo impunha a todos países que desejavam inserir-se no Contexto Internacional.

### **2.3 O Estado Normal**

O Estado Normal se inicia, na América Latina, junto com o modelo neoliberal e caracteriza-se pela dependência do capital externo como estratégia de desenvolvimento. O período histórico marcado pela globalização e a abertura comercial com a privatização de setores estratégicos da economia aumentou o processo de interdependência entre os países, ao mesmo tempo que aprofundou a dependência das economias em desenvolvimento ao capital estrangeiro.

O momento histórico dos países latino-americanos que saíam de regimes ditatoriais nos anos 80 premeditava o por vir. A década de 90 é uma guinada a favor do paradigma neoliberal e se consolida com a chegada ao poder de presidentes como Alberto Fujimori no Peru, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Carlos Saúl Menem na Argentina e Fernando Collor de Mello no Brasil.

O conceito de Estado Normal foi dado pelo ministro das relações exteriores da Argentina do governo de Carlos Menem e se caracterizava pelo alinhamento político às diretrizes Norte-Americanas, sem qualquer postura conflitante ou que pudesse significar o confronto político-ideológico e de segurança com o *hegemon* e seus aliados (CERVO, 2000). No caso argentino, o Estado normal era sinônimo do rompimento com os princípios da autodeterminação, da não-intervenção e dos princípios de direito internacional, guardados pela Organização das Nações Unidas – ONU (CERVO, 2001).

Nesse período, a transição do Estado desenvolvimentista para o Estado normal significou o abandono das idéias estruturalistas cepalinas. Os conceitos de centro-periferia, deteriorização dos termos de troca, indústria, mercado interno, expansão do emprego e da renda foram imediatamente trocados pela visão globalista. Nessa nova perspectiva, se insere a valorização do individualismo, da iniciativa privada, do mercado nacional e inclusive, das privatizações em nome da elevação da produtividade. É a era da modernização.

O paradigma do Estado Normal envolve três parâmetros de conduta: o estado subserviente, submisso às coerções do centro hegemônico; o estado destrutivo que dissolve e aliena o núcleo robusto da economia e transfere renda ao exterior e o estado regressivo que reserva para a nação as funções da infância social.

No Brasil, a estratégia de inserção internacional teve como agente propulsor o conceito de mudança, que significou uma convicção dos dirigentes em rever historicamente a conduta do Estado. Condenando estratégias internacionais do passado, além de adotar, sem restrições, a ideologia imposta pelos centros de poder e ainda, a eliminação das idéias de projeto e interesse nacional. O novo comando era uma tríplice mudança interna em torno da democracia, estabilidade monetária e a abertura econômica (CERVO & Bueno, 2008).

Seguindo as determinações do consenso de Washington, o país logrou desenvolver duas gerações de reformas denominadas boa governabilidade cujas regras e instituições resultantes seriam favoráveis ao crescimento das empresas multinacionais. Internamente, na vigência dessas condições, o que se observou foi a destruição do patrimônio e do poder nacional. As privatizações do período acabaram por transferir ativos nacionais a empresas estrangeiras e aprofundar a dependência estrutural da nação.

No entanto, se comparado com os outros países da América Latina, a transição para o Estado Normal, no Brasil, foi mais difícil. Isso porque, as liberalizações começadas pelo presidente Fernando Collor não foram continuadas pelo seu sucessor Itamar Franco, como preleciona Amado Cervo:

“O presidente Fernando Collor de Mello ensaiou em 1990 uma ruptura ao estilo desses outros países, mas Itamar Franco, que o substituiu em 1992, pisou no freio das inovações em termos de políticas públicas nacionais e da política exterior” (CERVO, 2001, pp. 292-293).

À época, a adaptação aos novos temas da agenda global foi aos poucos sendo inserida à pauta brasileira. Princípios democráticos e os direitos humanos foram incorporados às decisões políticas, mas a ingerência da aliança ocidental - Otan - foi obstaculizada, ainda que em nome desses valores. O professor Amado ensina ainda que o Estado brasileiro, diferente da Argentina, do Chile e de outros Estados, hesitou em se tornar um Estado Normal. E por normal entende a receptividade, submissão e subserviência às estruturas hegemônicas do mundo globalizado.

Menezes (2006) citando Lafer e Fonseca<sup>2</sup> corrobora essa visão de não adesão imediata a Washington e ao realismo periférico de Carlos Escudé. No entanto, quando a globalização consolidou, a inserção internacional, ainda que tivesse momentos defensivos, subordinou os interesses nacionais à realização de bons negócios e a contínua separação entre política e economia. Já Fiori (2002), entende que esse alinhamento global que é típico do Estado Normal foi imposto desde o início dos anos 80 pelo eixo anglo saxão. E vinha se desenhando desde o final da Segunda Guerra Mundial.

---

2 LAFER, C. e FONSECA JR., G. Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões). In: FONSECA JR., G. e CASTRO, S. H. N. (orgs.). Temas de Política externa brasileira II. São Paulo: Paz e Terra, 1994, pp. 49-77, vol. 1.

## 2.4 O Estado Logístico

O terceiro paradigma é o do Estado logístico que, no Brasil, teve a função de controlar o processo de privatização para evitar a destruição do patrimônio nacional a cargo do Estado Normal. A estratégia para recuperar o desenvolvimento brasileiro estava no reforço da capacidade empresarial do país, na aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas pela abertura econômica, a aplicação de mecanismos de proteção econômica em relação a capitais especulativos, uma política de defesa nacional e a abertura dos mercados do norte em contrapartida ao nacional (CERVO & Bueno, 2008).

É no contexto do Estado Logístico que se insere o conceito de “América do Sul como área de fortalecimento prévio das economias regionais sob a liderança brasileira”. O governo Itamar Franco rompe com o alinhamento anterior ao hegemônico e prioriza a formação de blocos econômicos lançando na época a Área de Livre Comércio Sul Americana – ALCSA em oposição à Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA. Na mesma linha, o governo FHC prioriza a inserção em blocos, dando sequência às negociações entre o MERCOSUL e outros blocos.

O melhor exemplo de Estado Logístico, segundo Cervo (2001) é o Chile. Que entende que o Estado logístico fortalece o núcleo da economia nacional e transfere à sociedade o papel empreendedor. No entanto, o que se observa no país é a prática comum aos demais estados desenvolvimentistas, de base exportadora primária, o controle pelo Estado da economia nacional:

“Embora o Chile se tivesse integrado bastante ao comércio mundial, a inserção se fez por meio basicamente da exportação de cobre – mantido o gerenciamento estatal - e de produtos agrícolas. Eis um paradoxo do período neoliberal daquela época de ditadura: o principal produto de exportação era fornecido por uma estatal, a Corporação Nacional do Cobre do Chile (Codelco), organizada em 1976.” (V. ARRAES 2008)

Em que pese a argumentação do sucesso econômico que o Chile obteve pelos partidários do neoliberalismo real, o êxito só se observa se considerarmos os índices dos últimos anos da década de 80, isoladamente. Após mais de três décadas de aplicação dessa doutrina, hoje, o cobre ainda é o principal produto da balança comercial constituindo cerca de 1/3 das exportações. Verifica-se, portanto, as



mesmas características socioeconômicas do restante da região, que não sofisticou o comércio exterior e tão pouco permitiu o aprimoramento de sua sociedade. (ARRAES, 2008)

Mesmo após a queda do regime ditatorial no Chile, a política econômica adotada permanece a mesma. Os dirigentes do país escolheram colher os frutos do boom econômico iniciado na era Pinochet até a recessão que teve início em 1997 (CYPHER, 2004). Vale reforçar que a ditadura militar considerava a agricultura essencial na transição para a democracia política. Ainda na transição, em meados dos anos 80, para formar uma base de apoio entre os produtores nacionais, o governo usou de protecionismo e subsídios. (KURTZ, 1999)

Da mesma maneira, Jorge Nef argumenta que o crescimento econômico chileno beneficiou uma pequena parcela de sua população, ao custo de grandes déficits sociais. Ainda que o Chile seja o exemplo de modelo neoliberal na América Latina, a proposta de Estado Logística é mais uma construção ideológica do que uma prática bem sucedida:

“Official circles as far away as Eastern Europe, establishment intellectuals, and the mainstream media have praised the country as a model for Latin America, the developing world, and beyond (Kandell, 1991; Whelan, 1995). However, as with Brazil in the 1960s and 1970s or, more recently, the Asian "tigers," the Chilean model is more a semantic construction than a concrete reality: a global showcase and in many ways a precursor of the New World Order. In this sense, it has become another decontextualized North American ideological export.” (NEF, 2003, p. 16)

Por mais de uma década, o Chile apresentou um crescimento econômico que variava de 4 a 12%. Mesmo com uma economia estagnada desde 1999, seus índices econômicos ainda são melhores que os de outras economias emergentes como o Brasil e o México. A inflação foi controlada, os investimentos externos continuam subindo e a dívida externa foi reduzida. Mesmo sendo a economia latina mais próxima do sistema financeiro capitalista internacional, a performance chilena indica taxas baixas de real desenvolvimento (NEF, 2003).

### 3. NEOLIBERALISMO E SUAS RAÍZES

#### 3.1 A Guerra Fria e o Socialismo

O Sistema Socialista teve seus anos de sucesso e glória entre 1945 e 1985. Desde a metade dos anos 70 e principalmente na década de 80, instaurou-se a crise que iria determinar o seu fim. Daniel Aarão (REIS FILHO, 2000) divide esses anos em três períodos que comportam em primeiro lugar o tempo da expansão e da supremacia do socialismo soviético de 45 a 53-54. O segundo de 53 a 75 com o apogeu do Socialismo e o aparecimento de várias crises que instabilizam o sistema. E o terceiro e último período que vai de 75 a 85, onde se instaura o socialismo desenvolvido.

O fim da Segunda Guerra mundial direcionava os países à reconstrução de forma justa, solidária, livre e democrática. A URSS emerge devastada pelos nazistas, semi-arrazada econômica e demograficamente. Os planos igualitários foram postos de lado por causa da Guerra Fria. O mundo bipolarizado alavancou a corrida armamentista e o continuidade de medidas políticas e econômicas que reforçavam a tensão do período. O sustentáculo do sistema foi dado de um lado, pelas campanhas positivas que proporcionavam o aumento da produção. E de outro, pelo emprego do Terror que coagia, inibia e perseguia os "inimigos do povo". Ao mesmo tempo, a sociedade foi impregnada com o culto em torno de mitos unificadores como a defesa da pátria ameaçada, a fortaleza socialista sitiada pelo capitalismo hostil e a personalidade do camarada Stalin.

O sistema socialista se expandiu. Europa e Ásia. Na Europa central, o modelo soviético foi imposto. De maneira rígida, anti democrática e repressora. Já na Ásia Oriental o socialismo foi implantado sem a ajuda soviética, mas num processo social de revoluções nacionalistas radicais. A emergência da Guerra Fria uniu os dois blocos socialistas de forma que houve empréstimos do sistema soviético às construções asiáticas. Apenas a Iugoslávia trilhou seu próprio caminho com Tito no comando de um socialismo que foi autônomo.

O comunismo chinês era tanto social quanto nacional. Seu sustentáculo era formado pela pobreza e opressão do povo. O aspecto nacionalista vinha se formando desde os movimentos antiimperialistas como a revolução dos boxers em 1900. Os dois partidos que disputaram o controle do governo chinês, o Kuomintang e o Comunista, tinham objetivos de curto prazo comum, no entanto, divergiam porquanto o Kuomintang tentou reconstruir uma república chinesa sobre os escombros do império chinês. E o partido comunista ia além, propunha "a libertação social dos pobres chineses" (HOBSBAWN, 1995, p. 449).

Em 1934, os comunistas recuaram da guerrilha travada com o kuomintang, na "Longa Marcha". O kuomintang assumiu o controle da China até a invasão Japonesa que varreu seus exércitos e acabou com seu governo, que em geral, era formado por homens corruptos e ineficazes em resistir aos japoneses. Enquanto isso, os comunistas organizavam a resistência de forma a legitimar o governo que formaram após expulsarem os japoneses e derrotarem o kuomintang em 1949.

O comunismo que Mao instalou na China divergia dos idealizado pelos Russos. Basicamente ele foi adaptado à realidade chinesa. De forma que a ruptura com a URSS foi inevitável. Os anos que se seguiram até a morte do grande timoneiro, a China logrou diminuir a fome e aumentar os níveis de educação e expectativa de vida. Mas a economia não crescera e as práticas maoístas foram abandonadas com a morte de seu criador. (HOBSBAWN, 1995)

Em 1953 Stalin morre. Apesar das consternações pela morte do grande líder, a URSS se recupera rapidamente. O sistema pode superar alguns aspectos da cultura política, que estavam intrinsecamente ligados ao nome de Stalin. O embate ferrenho ao capitalismo foi cedendo a posturas mais conciliatórias baseada na política da coexistência pacífica. De sorte que "A URSS não abdicava do triunfo do socialismo, considerado inevitável historicamente. Mas os caminhos nesta direção seriam menos lineares. O socialismo, segundo as novas orientações, iria demonstrar sua superioridade em todos os níveis." (REIS FILHO, 2000, p. 20).

Nessa esteira, o implemento de novas políticas tinha por escopo denunciar a corrida armamentista, encurralar e isolar os círculos mais agressivos e

sobretudo evitar uma possível guerra nuclear. A política internacional redirecionou-se para uma concertação que possibilitou o fim da guerra da Coreia (conversações de Panmunjon,1953); o fim da Guerra nacional do Vietnã com o reconhecimento da independência da república democrática do Vietnã (conferência de Genebra,1954); a reconciliação com a Iugoslávia e um abrandamento nas relações com os Estados Unidos.

Internamente, a URSS institucionalizou a revolução. Implementou medidas que enfatizaram o caráter coletivo da direção política, eliminando organizações que haviam se tornado autônomas, de funcionamento "acima" do próprio Estado soviético. Concomitantemente, teve início o processo de liberalização dos controles e da repressão. Da mesma forma, a economia que esteve voltada à produção da indústria pesada, passou a dirigir-se às necessidades da população, habitação, transporte coletivo, saúde, educação e agricultura passaram aos planos prioritários no governo Kruchev. As revelações do dirigente, acerca do caráter criminoso de Stalin, estremeceram o monólito que tinha no antigo líder a base de todo o sistema.

A unidade do socialismo soviético ficou abalada, eram os primeiros sinais da futura ruína. O clima era ambíguo. De um lado, dúvidas e insegurança, de outro, extrema confiança e euforia no reformismo que pretendia Kruchev. Os resultados também eram ambíguos. A potência que detinha tecnologia para enviar o primeiro satélite à lua, apesar do investimento pesado, não fazia a agricultura reagir. Em 1960, a crise dos mísseis abalou ainda mais a credibilidade de Kruchev, considerando pessoalmente responsável pela decisão de colocar os mísseis em Cuba. Para o mal do socialismo, Kruchev também teve seus momentos de déspota assim como Stalin. E o uso de velhas práticas que ele tanto criticara (culto ao líder, concentração de poder, voluntarismo típico de Stalin - desbravamento de terras virgens) fortaleceu seus adversários que lograram tirá-lo do poder em 1964.

De 1964 a 1985, reverbera a fase do socialismo desenvolvido. Sob a direção do novo secretário-geral, L. Brejnev o socialismo e a URSS pareciam extremamente dinâmicos. A época é marcada pelo discurso da eficácia e da eficiência. A nova constituição, aprovada em 77, consagra o partido comunista como

vanguarda do regime e da sociedade. Das políticas iniciadas por Kruchev apenas a econômica, de impulsionar a agricultura e estimular o desenvolvimento social foram continuadas, as políticas reformistas descentralizantes e democratizantes foram completamente abandonadas em nome da estabilidade.

O período de governo dos anos Brejnev seria chamado pelos reformadores de estagnação. O governo na URSS “operava basicamente por um sistema de patronato, nepotismo e suborno.” (HOBSBAWN, 1995, p. 458). As reformas econômicas pretendidas não foram realizadas. Ao contrário, o governo aplicava medidas que, a curto prazo, satisfariam os interesses imediatos da população. As nações socialistas, à exceção da Hungria, iriam abandonar suas reformas após a primavera de praga.

Internacionalmente, a URSS se consolida como super-potência. O fim da Guerra do Vietnã em 75, a queda do Laos e Camboja, fortalece o regime soviético e a URSS que amedronta os derrotados americanos. Afora o recuo no Egito e a derrota de Sukarno na Indonésia, os países apoiados pelo regime socialista estavam vencendo suas guerras contra o capitalismo, a exemplo do Estado de Israel, e das independências de Angola e Moçambique. Na América Latina, a revolução cubana, que iniciou autônoma, acabou se alinhando à URSS, após a morte de Guevara (67), e do fracasso do projeto da grande safra em 1970. No resto da América Latina, apesar das constantes tentativa de alinhamento, com as ditaduras militares no Brasil e na Argentina, por exemplo, o regime soviético só obteve êxito no final da década de 70, na Nicarágua e em El Salvador.

Como afirma o autor "Todo esse avanço, paradoxalmente, não unificara o mundo socialista, cujas divisões acentuavam-se." (REIS FILHO, 2000, p. 28). A Europa Central permaneceu instável com lutas por autonomia na Albânia, Hungria e Romênia, somando-se a dissidência Iugoslava e a Primavera de Praga em 68, que tentou implantar um socialismo democrático e foi esmagada pelos tanques soviéticos. Na China, Mao Tsé-Tung liderou os chineses na construção por um viés alternativo aos soviéticos, tentando, inclusive, espalhar sua guerra camponesa de libertação nacional como um novo modelo de revolução mundial. À época, os chineses tinham

a URSS como maior ameaça que os EUA, pois consideravam-na potência em expansão ao passo que os EUA já estavam em decadência.

Essa postura chinesa chegou à aproximação com os EUA nos primeiros anos da década de 70, integrando os chineses às instituições internacionais como a ONU. E foi, ainda, o início da flexibilidade do radicalismo maoísta que possibilitou a aliança com o capital internacional. Apesar das contradições dentro do bloco socialista, a URSS continuava como a superpotência. E o mundo era regido pelo condomínio de interesses americanos e soviéticos, que acabaram por tornarem-se grandes parceiros comerciais. A URSS aumentava sua importação de grãos, ao mesmo tempo que tornava-se grande exportadora de petróleo para a Europa Ocidental. Aos poucos, também foi se tornando uma potência naval mundial.

O petróleo tem um papel fundamental na economia da URSS nesse período. A grande crise de 1973 disparou o preço do barril de petróleo e “transformou o líquido negro em ouro” (HOBBSAWN, 1995, p. 458). A URSS, como as demais nações produtoras de petróleo, se beneficiou da alta dos preços com grandes volumes de exportações. Ao mesmo tempo, as reformas econômicas tão urgentes foram adiadas pelo superávit na balança comercial, provocado pela crise do petróleo.

As transformações não paravam no comércio, No âmbito social, o processo de urbanização cresceu em níveis impressionantes, da mesma forma a mão de obra se qualificava. Nesse processo urbanizador, o padrão centralista dos anos 30 se tornou insustentável. As novas gerações começavam a se interessar pela sedução dos países capitalistas, somando-se as resistências nacionais de padronificação do homem soviético. Acrescentando-se ao fator social, a economia deixou de crescer nos padrões anteriores. Registros anuais de 8,5% dos anos 65 e 70 caíram aos 3,5 % na primeira metade dos anos 80. A produtividade e os investimentos declinavam. O sistema começava a ruir.

O país já não conseguia manter o ritmo dos planos totalitaristas dos anos 30. "No início dos anos 80[...] uma onda neoliberal, anti-soviética varreu o mundo capitalista, anunciando novas concepções de Estado e de sociedade e uma nova

aspiral na corrida armamentista" (REIS FILHO D. A., 2000, p. 32). Sob a perspectiva socialista só a China ainda tinha algum dinamismo, e não reforçava o posto de potência da URSS por suas, já mencionadas, reservas e pela política de descoletivização dos campos, modelo completamente diverso daquele proposto por Moscou. Ainda assim, a URSS era dinâmica internamente e, ao longo desses anos, logrou obter desenvolvimento econômico e social. Ainda havia um gigante temido e respeitado. No entanto, o gigante precisava de reformas.

### **3.2 O Fim da Guerra Fria**

O socialismo existiu. Apesar de ter sido, com frequência, diferente na prática do que se imaginou em teoria, o socialismo teve índices de desenvolvimento econômico excelentes. Nos anos 30, impulsionada pelos planos quinquenais, a URSS foi crescendo mesmo quando o mundo capitalista estava em crise. No Fim da Segunda Guerra, ela emerge como grande potência mundial, ao lado do capitalista norte-americano. No entanto, ao longo dos anos 70 e, sobretudo, na década de 80 o socialismo deu sinais de que estava em decadência. Os países socialistas já não tinham os mesmos índices de crescimento, tanto quantitativa como qualitativamente.

De outro lado, os países capitalistas, liderados pelos EUA, entravam numa nova revolução científico-tecnológica. Os padrões centralistas e ditatoriais de dominação se tornavam insustentáveis:

"o discurso igualitário transmutava-se em retórica vazia em face das desigualdades gritantes que separavam os membros do partido e das elites políticas e econômicas e o resto da população. Instaurava-se uma profunda crise de referências, o desinteresse, a apatia e o cinismo num contexto de defasagem entre valores proclamados - nos quais as próprias elites, visivelmente, já não acreditavam mais e valores reconhecidos e praticados" (REIS FILHO D. A., 2000, p. 165)

Nesse contexto, a crise que já era inevitável se agrava com as pressões neoliberalistas lideradas por Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

O clima soviético era de reformas. Gorbachev é eleito em 1985 para o cargo de secretário geral do partido comunista e propõe uma série de medidas inéditas. Entre elas, a redução de armamentos estratégicos, a destruição de arsenais nucleares e a desativação de conflitos regionais, tocando na questão do Afeganistão. Apesar da desconfiança que as propostas inusitadas de Gorbachev provocaram, em pouco tempo, o novo líder soviético ganhou respeito internacionalmente. Hobsbawn afirma que o principal objetivo do secretário era o de acabar com a chamada “Segunda Guerra Fria”:

“Esse, claro, foi o seu maior êxito, pois num período surpreendentemente curto, ele convenceu mesmo governos ocidentais céticos de que essa era de fato a intenção soviética. Isso conquistou-lhe uma imensa e duradoura popularidade no Ocidente, que contrastava de maneira impressionante com a falta de entusiasmo por ele na URSS, pela qual acabou sendo vitimado em 1991. Se algum homem sozinho pôs fim a uns quarenta anos de guerra fria global, foi ele” (HOBSBAWN, 1995, p. 464).

Economicamente, os objetivos eram de tornar a economia mais racional e flexível de forma a liberalizar e democratizar o sistema político. Internamente, prevalecia a política dos apelos tradicionalistas ao trabalho, a disciplina.

Em outubro do mesmo ano, o Secretário geral lança o novo programa de governo a Perestróica, que tinha o objetivo de reestruturar, ou seja, implementar reformas na estrutura econômica do país. Passado um ano das eleições, o país não logrou implementar as políticas previstas pela Perestróica. Quando o acidente de Chernobyl expôs as fraturas no sistema, partidários da reforma anunciaram a necessidade de publicizar a gestão pública. A medida se tornou mundialmente conhecida por glasnost.

Uma série de reformas foram feitas na legislação soviética. No entanto, as reformas não tinham aplicação na prática porque o sistema econômico soviético não as possibilitava. A Perestróica não surtia os efeitos que seu idealizador anunciara. Já a glasnost possibilitou que as incoerências do sistema fossem denunciadas, e a população, em geral, participava do processo. A abertura chegou ao ponto em que o partido comunista resolveu convocar uma assembléia, onde toda a



sociedade elegeria um Congresso dos Deputados do Povo formado por 2.250 eleitos. Esses teriam de debater uma agenda e eleger um *Soviete* Supremo formado por 500 deputados que pelo voto secreto elegeriam um presidente. Dessa forma, a responsabilidade política passava do partido comunista para o povo.

Em 1989, o congresso dos deputados do povo se instalou mesmo diante de um clima hostil. Por toda a URSS, os Estados Nacionais se rebelavam contra a unificação, e demonstravam a necessidade de autodeterminação. Gorbachev foi eleito, mas a economia continuava estagnada. Na Europa central, o socialismo desapareceu. A postura dos líderes soviéticos foi de deixar que cada povo decidisse seu caminho, e não houve repressão à queda do socialismo naqueles países. Mas, nas Repúblicas Soviéticas, Gorbachev tentaria desesperadamente, durante os dois anos seguintes, manter a União, ainda que sob forte repressão.

A essa altura, a liderança de B. Yeltsin tornava-se cada vez mais forte em torno da independência das nações. Assim que assumiu a presidência da República da Rússia, em 1991, pelo inédito voto direto, começou a radicalizar os propósitos soberanistas. A tentativa dos centralizadores de um novo texto de União das Repúblicas Soberanas foi inócua e não conseguiu o apoio principalmente das nações do Cáucaso e da Ásia Central. Uma a uma foram se tornando independentes num processo que se completaria em dezembro de 1991, com a formação da comunidade dos Estados Independentes, a ratificação do fim da URSS e a renúncia de Gorbachev.

Junto com o fim do socialismo na Europa Central e a desintegração da URSS, o socialismo contemporâneo foi posto em cheque. A China programou reformas em prol do desenvolvimento, apesar de não anunciar a queda do maoísmo e continuar o culto da figura de Mao Tsé Tung. A política de Deng Xiao Ping das Quatro Modernizações, implementou um novo processo de reforma agrária que descoletivou o campo, apostando na ambição pelo lucro. O resultado foi excelente. A produção agrícola cresceu, os negócios floresceram. A China passou a ter importância central no capitalismo internacional. Ainda assim, os líderes evocavam o socialismo e o comunismo, com repressão severa a movimentos de contestação da ordem.

O fim da guerra fria em 1989 significou mais que a derrota da URSS e do comunismo, para os EUA e o capitalismo, mas o fim do liberalismo. O período que se estendeu desde a Revolução Francesa em 1789 até a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS em 1989 compreendeu a "ascensão e a extinção do liberalismo como ideologia global" (WALLERSTEIN, 2002, p. 9). Para o autor, o período (1945-1990) se divide em quatro fases: Primeiro, em decorrência de sua alta produtividade econômica, os EUA eram a potência hegemônica no sistema mundial que era unipolar; segundo, o conflito entre EUA e URSS era de caráter apenas formal, onde a URSS era um agente subimperialista da potência hegemônica. Num terceiro momento, os países do terceiro mundo passam a reivindicar direitos, adotam políticas ativas de autodeterminação e desenvolvimento nacional. E, por último, os anos 70 e 80 foram acometidos de estagnação econômica. Os EUA resistiam a uma iminente decadência enquanto o terceiro mundo vê o nacional desenvolvimentismo estagnar.

A vantagem econômica estadunidense foi institucionalizada, ou seja, por meio dela o país conseguiu controlar as decisões políticas e econômicas mundiais. Sua hegemonia era também ideológica e cultural, possibilitada, internacionalmente, pelo sistema de alianças que manteve com países industrializados e, internamente, pelo implemento do Estado de Bem Estar Social.

A relação Estados Unidos e União Soviética era ambígua isso porque de um lado ambos proclamavam-se opostos inimigos ideológicos, por outro lado, havia um acordo limitando a área de atuação de ambos. A paz firmada pelos inimigos era um acordo de cavalheiros, onde um não iria interferir nas políticas do outro. É nesse sentido que o autor considera que a URSS era uma potência subimperialista dos EUA "porque ela cumpria a função de garantir a ordem e a estabilidade dentro da sua zona em condições que, na verdade, ajudavam a permitir a manutenção da hegemonia mundial norte-americana" (WALLERSTEIN, op. cit.,p. 22).

Em 1917, Woodrow Wilson anuncia seu programa para os países do terceiro mundo. Nele, a auto determinação seria atingida quando o país pudesse gerir-se. Após 1945, a auto determinação é acompanhada do desenvolvimento nacional. O discurso wilsoniano seria traduzido para o leninismo resultando no anti-

imperialismo e na construção do socialismo. Muitas nações, durante os anos que se seguiram até 1970, se tornaram independentes com fundamento nesse discurso. É claro que sob o manto da moderação, tanto EUA quanto URSS não desejaram as independências e as obstaculizaram quando puderam.

Em 1970, a expansão econômica global tanto da economia estadunidense quanto da reconstrução de Japão e Europa Ocidental, provocou a recessão que se instaurou. Os EUA abandonam o padrão ouro por causa de sua deficiência de reservas. A medida tinha repercussões políticas e econômicas. “O dólar inflacionava-se ao ser emitido em maior quantidade para cobrir o rombo orçamentário, o que depreciava as exportações do terceiro mundo, valorizava as americanas e dava início a crise mundial” (VIZENTINI, 1992, p. 12). A reação foi a alta dos preços do petróleo que aumentou o fluxo de capitais para os países produtores e para os bancos ocidentais que emprestaram voluptuosas somas aos países do terceiro mundo.

Nessa década, instalou-se a *détente* diminuindo o embate ideológico dos anos anteriores. Wallerstein (2002) entende que, durante o período, as administrações de Nixon, Ford e Carter foram uma política de "postura humilde", incluindo as limitações ao poder estadunidense. Essa postura foi apoiada até o Aiatolá Khomeini denunciar os EUA como o vilão número um do mundo. A crise do capitalismo estava instaurada. A sua propagação pela periferia incluiu uma onda de revoluções anti-imperialistas e socialistas. É claro, que os governos seguintes, Reagan e Bush iriam endurecer sua postura internamente e perante o mundo.

Quando começam as crises da dívida externa (Polônia - 1980 e México 1982), o mundo entende que os empréstimos feitos na década anterior iriam colapsar as estruturas econômicas. O papel de potência dos EUA estava desgastado e, com isso, seu contrapeso também se desgastaria. Gorbachev tenta preservar a postura de potência Russa com o implemento de três ações: o fim unilateral da Guerra Fria, o fim de seu "quase império" e a "reestruturação do Estado soviético para que pudesse funcionar de eficazmente na era pós hegemônica". As duas primeiras foram bem sucedidas e causaram um choque nos EUA que se intitularam vitoriosos.

No entanto, Saddam Hussein percebe a fraqueza dos EUA e invade o Kuwait na tentativa de se apoderar das reservas de petróleo. O fim do comunismo foi o fim da ideologia do desenvolvimento nacional, os “wilsonianos haviam perdido finalmente o escudo leninista que canalizara a impaciência do terceiro mundo para uma estratégia que [...] era a menos ameaçadora que os países terceiro mundistas poderiam empregar” (WALLERSTEIN, 2002, p. 27).

O socialismo existiu e foi importante na medida em que influenciou diversas nações do mundo. Daniel Aarão afirma que:

"as referências socialistas também seriam de capital importância para a constituição das correntes nacional-estatistas na América Latina, na Ásia e na África. Mais ou menos revolucionárias, elas foram muito importantes na afirmação das soberanias nacionais, na modernização das economias e no estabelecimento de alianças com os interesses dos trabalhadores urbanos" (REIS FILHO, 2000, p. 182).

Na mesma esteira, o Estado de bem estar social foi pensado como forma de garantir que o povo imerso no capitalismo não vislumbrasse no socialismo uma possibilidade real de ascensão social. Nas nações que implementaram, o socialismo ele foi capaz de afirmar o caráter nacional e, em muitos casos, de aprimorar a condição de vida e de trabalho das pessoas. Em contrapartida, o regime foi disseminador de práticas autoritárias e intolerantes. A liberdade, a cultura individual, o pluralismo, foram reprimidos brutalmente em nome de uma filosofia que se afirmava "igualitária".

Hobsbawm(1996) conclui que a enorme área de abrangência dominada pelo socialismo foi, na verdade, superficial. Isso porque o regime político imposto desapareceu de forma fugaz. O comunismo foi idealizado para ser um presente justificável em nome de um futuro melhor. Quando esse futuro passou a ser indefinido, os dirigentes do partido comunista passaram também a “concentrar-se nas satisfações comuns da vida” (p. 480). A tentativa de construir o sistema trouxe enormes benesses, mas a custos humanos da mesma grandeza e intolerável.

### 3.3 A emergência do neoliberalismo e o consenso de Washington

A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria que se seguiram foi a mola propulsora para a produção tecnológica que se desenvolveu então. Os Estados Unidos emergem como a nação mais próspera do mundo e em pouco tempo o dólar se torna a moeda do comércio mundial. O abandono do padrão ouro teve por efeito a liberalização dos controles cambiais e se estendeu para as demais economias desenvolvidas. "Essas medidas geraram novos fluxos de capital que, vendo-se agora livres dos controles e restrições antes exercidas pelos Bancos Centrais, se voltaram para novas oportunidades de investimento no mercado mundial". (SEVCENKO, 2001, p. 27). Os beneficiários foram o capital financeiro e as empresas transnacionais.

As medidas de liberalização, que foram implementadas após a crise do petróleo no intuito de dinamizar o mercado possibilitaram a difusão das práticas especulatórias do mercado financeiro. Assim como, ampliaram os investimentos em todo o mundo. Somados às novas tecnologias, a liberalização e a desregulamentação imprimiram grande velocidade ao comércio internacional. De sorte que não havia controle, leis ou organismos que regulamentassem as novas regras do jogo. O antigo controle que o Estado exercia e as práticas de denúncia social a que os trabalhadores estavam habituados se tornou inócuo. Estado e Sociedade se viram de mãos atadas diante do poder de mobilidade das grandes corporações. Sancionar-las significava desemprego para a população e sobrecarga para o Estado.

No entanto, diante da emergência do bloco socialista, a resposta das elites capitalistas foi a criação do Estado de Bem-Estar Social com garantias e direitos aos trabalhadores. Estava formada a arena que iria conduzir a política internacional na guerra fria. Da Inglaterra, Thatcher surge ao lado de Reagan dos Estados Unidos como líderes defensores da vitória do capitalismo sobre um comunismo já desgastado. Juntos, "ao longo dos anos 80, ambos efetuaram drásticas mudanças no discurso político conservador" (SEVCENKO, op. cit., p.36). Os debates que se seguiram levaram os formuladores de política ao "pensamento único", neoliberal, que pretendia o abandono pelo Estado do comércio, abrindo, definitivamente, suas fronteiras.

Denominado Consenso de Washigton pelo economista estadunidense John Williamson, esse conjunto de idéias e políticas econômicas traduziam o pensamento neoliberal e eram uma espécie de solução para a latente crise econômica do capitalismo periférico. No início da década de 90, era possível dividir as recomendações do Consenso de Wasghinton em três premissas. A primeira deles referia-se a políticas de cunho macroeconômico, recomendando disciplina monetária e fiscal juntamente com o corte de gastos e de implementação de reformas administrativas, fiscais e previdenciárias. A segunda era de natureza microeconômica e demandava a desoneração do capital para aumentar a competitividade no mercado internacional que passava a ser aberto e desregulado.

Por fim, a terceira premissa era o abandono do modelo de industrialização seguido pelos países periféricos após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, as principais reformas implementadas na década de 1990 e propunham: “A desregulação dos mercados financeiros e do trabalho; a privatização das empresas e dos serviços públicos. A abertura comercial; e a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros; sobretudo nas zonas de fronteira tecnológica e dos novos serviços.” (FIORI, 2001, p. 86). Fiori citando esses pontos que John Williamsom identificou afirma ainda que eles eram condicionantes para a renegociação das dívidas externas e consequente admissão dos países latinos no sistema financeiro internacional.

O plano de Washington pretendia mais. A solução proposta para além de ser uma nova estratégia de desenvolvimento dos países atrasados ainda seria a condição precípua para o desenvolvimento sustentado, e a redução espontânea das desigualdades sociais. Isso é claro, depois da estabilização e das reformas que traria a retomada dos investimentos pelo capital privado. O fim do controle da economia pelo Estado e o livre comercio seriam, supostamente, a solução para os atrasos que ainda viviam essas sociedades. (FIORI, 2001).

Sevcenko alerta para o fato de os aspectos negativos serem ocultados. A principal causa para é a sua gravidade. Entre os fatores o autor destaca "a rápida concentração de renda, o desemprego em massa, a exploração e mortalidade infantil a difusão da miséria desamparada, o crescimento do tráfico de drogas, o aumento da

criminalidade e da violência e a instabilidade financeira" (SEVCENKO, 2001, p. 37). O resultado é a volatilidade e insegurança na ordem mundial. Os dados da ONU apontam para o crescente aumento da desigualdade social. O fim das barreiras acelerou o acúmulo de riqueza entre os ricos e acentuou a pobreza entre os mais pobres.

A globalização, ao contrário do discurso horizontal, unificador, se mostrou um "rearranjo vertical" (SEVCENKO, op.cit.; p. 53). A imposição do neoliberalismo aos países em desenvolvimento tem sua origem ainda no fim da segunda guerra com a criação do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Os organismos foram criados para implementar a reconstrução da Europa arrasada pela Guerra e apoiar as nações em desenvolvimento em seus processos. Desde então, esses países receberam financiamento, ficaram extremamente endividados ao passo que foram, em contrapartida, desregulamentando suas economias, liberalizando o comércio, restringindo direitos, uma série de medidas que são uma forma "de submissão incondicional ao neocolonialismo" (SEVCENKO, op. cit., p. 52).

De igual sorte, enquanto o discurso livre cambista ganha força, a postura protecionista também cresce. A adoção de dumpings, políticas protecionistas, subsídios governamentais e outros mecanismos correlatos aumentou drasticamente. Ao ponto de surgirem mega blocos comerciais num processo de integração econômica supranacional. Conforme ensina Vizontini, "tal fenômeno, longe de significar uma harmonização de interesses dentro de mercados abertos, representa, precisamente o contrário: o estabelecimento de um protecionismo ainda maior, dentro de áreas geoeconômicas ampliadas"(VIZENTINI, 1992, p. 22).

Os efeitos da crise e a reestruturação do capitalismo teve diferente impacto sobre os países em desenvolvimento, ou sub desenvolvidos. No entanto alguns pontos são comuns em todos eles. Houve regressão econômica diante da depreciação dos termos de troca internacional e das políticas de ajuste monetaristas. Juntamente com um elevado crescimento demográfico e focos de conflitos regionais, que provocaram fome em diversos países periféricos. Diante da crise, os países centrais reduziram seu superconsumo e o terceiro mundo vivenciou tensões sociais ainda maiores. No Brasil, essa realidade é gritante. O país tem altos índices de

concentração de renda agravados pelo processo de liberalização dos anos e os impactos dos financiamentos contratados com o FMI e o BM.

A condição de miserabilidade foi o sustentáculo para que movimentos radicais tivessem força e de certa forma, legitimidade. É o caso do Sendero Luminoso, dos grupos fundamentalistas islâmicos e guerrilheiros salvadorenhos e filipinos (VIZENTINI, 1992). Na América do Sul, a crise sócio-econômica foi acompanhada de uma “onda democratizante”. Em 1983, Sanguinetti foi eleito no Uruguai, Afonsín na Argentina e Tancredo e Sarney no Brasil encerrando as ditaduras militares. O jogo político que se confirma é o da transição negociada, onde a continuidade é o traço mais profundo e a ruptura o superficial.

Em meados da década de 1990, as políticas recomendadas pelo consenso de Washington já não se sustentam. Surge, no próprio Consenso original, uma autocrítica elaborada por John Williamson. Mas foi Stiglitz que sistematizou a crítica. Para ele os mecanismos de mercado não podiam resolver automaticamente “os problemas do crescimento econômico e da distribuição equitativa de renda”. Ele também critica a forma do processo de privatização que acabou sendo descontrolada e substituiu o Estado por monopólios privados. Para o economista, o Estado e os governos deveriam redefinir seus papéis “como agentes reguladores e co-responsáveis pelo provimento de infra-estrutura e pela implementação de políticas ativas de desenvolvimento tecnológico e industrial” (FIORI, 2001, pp. 88-89).

A implementação das reformas neoliberais aconteceu por toda a América Latina, na década de 90. O modelo que se usou, na maioria dos países, foi o do espanhol Felipe González. E consistia na formação de coalizões de poder neoliberal, com a liderança de partidos socialdemocratas ou aqueles cujo passado de militância contra os regimes autoritários fora patrocinado pelos EUA na Guerra Fria. No Brasil, foi o PSDB – partido da social democracia brasileira, com Fernando Henrique Cardoso e Mario Covas e o apoio das forças de centro direita, o responsável pelas transformações que o capitalismo mundial impunha.

Dessa forma, o mercado foi aberto e desregulado em função da necessidade de colocar o país em igualdade de competição no mercado global. O



Estado passou a ter menor participação ativa na economia nacional, dando lugar ao capital privado. No entanto, Fiori (2001) alerta para o fato de que a redução do funcionalismo submeteu o Estado aos interesses privados. Os grupos econômicos selecionados continuaram protegidos e passaram a usufruir da abertura econômica e da sobrevalorização cambial. Além, é claro, de terem “herdado” parcela do patrimônio público que fora privatizado. O resultado foi o aumento da concentração de renda e da desigualdade social de forma ainda mais profunda que no período desenvolvimentista.

## 4. NEOLIBERALISMO E AMÉRICA LATINA

### 4.1 Neoliberalismo

O neoliberalismo tem duas raízes teóricas que são convergentes. Uma delas é a vertente da escola austríaca que se desenvolveu com base no pensamento do sociólogo e economista Leopold von Wilsch, conhecido pela obra “o valor natural”, em que desenvolve a questão da estabilidade da moeda. É nessa escola que surge Friedrich August von Hayek, que escreveu a obra tida como o manifesto do neoliberalismo “O caminho da servidão” em 1944.

Outra vertente é a escola de Chicago, onde o economista Milton Friedman, desenvolveu as teorias que iriam fundamentar o New deal de Roosevelt. É também essa corrente teórica que influenciará os neoliberais da América Latina. Inclusive com a formação dos pioneiros “Chicago Boys”, que no Chile de Pinochet lograram aplicar sob a forte ditadura os ideais neoliberais. O contexto histórico que viabilizou com maior força a implementação do neoliberalismo na América Latina foi o esgotamento do modelo de substituição de importações, no início da década de 1980, o pessimismo que se seguiu foi o fio condutor para a teoria da dependência.

Para os teóricos, o subdesenvolvimento era a contrapartida natural que sustentava o desenvolvimento dos países do hemisfério norte. O pouco crescimento que o modelo de substituições proporcionava era em benefício de um grupo restrito. Assim, generalizou-se a convicção de que um modelo de crescimento para fora seria a consequência natural. Nessa esteira, (GUIMARÃES, 1995) cita Magalhães, que afirma que são duas opções possíveis. Primeiro o modelo de integração ativa no mercado mundial inspirado no modelo japonês. No leste asiático, o poder público logrou desenvolver uma economia moderna em poucas décadas. O segundo modelo é o de integração passiva ao mercado, aplicado sobretudo na América Latina e tem nos EUA a principal inspiração.

O modelo neoliberal implica na liberalização do mercado, ficando o Estado responsável pelas clássicas funções de saúde, educação e segurança. A diferença básica dos dois modelos é o quantum de atuação do Estado. No modelo de

integração ativa, a atuação do Estado é decisiva. Ele cria as vantagens comparativas dinâmicas para o país "através do patrocínio de investimentos em pesquisa tecnológica e educação do apoio a empresas em setores dinâmicos." (GUIMARÃES, 1995, p. 88).

Nesse modelo, a integração ao mercado mundial é dada pelo aumento das exportações. Já no modelo passivo, o Estado é mínimo. Ou seja, a idéia é que ao abrir o comércio para o mercado internacional, a competitividade do produto estrangeiro eleve a eficácia do produto interno e em consequência o incremento das exportações.

No Brasil, Fernando Collor de Melo vai implementar as medidas neoliberais que serão ampliadas pelos seus sucessores. Inicia-se, nesse período, a abertura comercial, as privatizações, e a redução do papel do Estado na economia. Ainda que encerrado prematuramente o mandato de Collor, sinaliza o início do neoliberalismo. Posteriormente FHC e Lula irão consolidar a implantação do modelo econômico no País, pautadas no mesmo conjunto de idéias.

O neoliberalismo se define pelo conjunto de valores e idéias amplo que não apresenta um conjunto rígido e definido de políticas. Por essa razão, as políticas econômicas ditas neoliberais são variáveis e específicas para cada país e podem ser, inclusive, aparentemente contraditórias. Por exemplo, nos anos 90, por toda América Latina foram adotadas políticas cambiais diversas como a do câmbio flutuante sujo no Chile, o câmbio rígido na Argentina e o câmbio deslizante com desvalorizações prefixadas no Brasil (CARVALHO, 2004).

As privatizações também não foram uniformes. A Argentina promoveu a desestatização radical, já o Chile manteve sua grande estatal de cobre, como forma de sustentar políticas de apoio as exportações. O neoliberalismo é um paradigma, com limites rígidos para orientar premissas básicas e limites flexíveis no que tange à aplicação de políticas, podendo abrigar especificidades e disparidades. Essa flexibilidade confere uma certa "margem de manobra" para que os defensores do neoliberalismo transfiram responsabilidades e expliquem facilmente seus fracassos. Como, por exemplo, na Argentina em 200-2001 que o colapso da conversibilidade

foi explicado como sendo produto do câmbio fixo e da falta de ajuste fiscal e não das orientações liberalizantes. (CARVALHO, 2004, p. 133).

Oliveira afirma que o caráter vago e genérico do neoliberalismo e do consenso de Washington, principal referência neoliberal na América Latina, "não contradiz sua enorme influência sobre as formulações da política econômica no continente." (OLIVEIRA, 2003, p.134). O paradigma pode ser resumido em cinco premissas, a saber: primeiro, a prioridade absoluta para os direitos do capital; segundo, o ocultamento das relações capital-trabalho e responsabilização do indivíduo diante do capital; terceiro, a despolitização da política econômica. Em quarto está a abertura de novos espaços para a valorização do capital e, por último, a responsabilização dos países dependentes pelos efeitos da desordem financeira internacional.

Aos direitos do capital é dada a prioridade absoluta, isso significa a ampliação dos direitos dos credores e dos investidores financeiros. O ajuste fiscal para garantir o pagamento das obrigações do Estado com a dívida pública, a estabilidade do valor da moeda e do sistema financeiro além da liberdade cambial, e da possibilidade de livre movimentação de capitais.

O indivíduo passa a ser responsável diante do capital em decorrência de um ocultamento das relações de capital-trabalho. Depois de décadas de conquistas trabalhistas, o neoliberalismo coloca as relações de trabalho fora do debate público. E vai além, os direitos dos trabalhadores passam a ser vistos como privilégios, frutos do populismo e causa do desemprego e da ineficiência econômica. A proteção social deixa de ser coletiva e passa a ser pessoal. Da mesma forma, o emprego fica desvinculado do desempenho da economia e passa a ser visto como decorrência da qualificação pessoal de cada trabalhador.

A política econômica é despolitizada e passa a ser tratada como técnica universal. Dessa sorte, temos políticas macro econômicas que se apresentam como rígidas, subdividindo-se em responsáveis ou populistas. Há ainda, a transferência para os programas localizados das preocupações com o crescimento, o emprego, a distribuição de renda, a produtividade e a eficiência. E, por fim, a independência e

autonomia das instâncias públicas decisivas, como o Banco Central, colocando-as longe do alcance das instituições políticas.

A abertura de novos espaços para a valorização do capital inclui a privatização da máquina pública e a transferência de setores primordiais, como saúde e educação, para o setor privado. E, a última premissa, a responsabilização dos países dependentes pelos efeitos da desordem financeira internacional é o justificador para os erros do sistema. Com a responsabilidade pelas crises recaindo em fatores domésticos é possível defender a liberdade de circulação de capitais e da livre conversibilidade de moedas.

Segundo Carvalho, o neoliberalismo é legitimado pela criação de máscaras, ou seja, ele assume bandeiras tradicionalmente pertencentes a seus adversários. E, quando o faz, esvazia-as e modifica todo seu conteúdo, associando com seus ideais neoliberais, de forma a tornar a proposta viável. O autor expõe duas propostas de periodização do neoliberalismo. Na primeira, apresenta a proposta de Ricardo Gómez onde há:

"quatro períodos na história do neoliberalismo. O liberalismo clássico de Adam Smith, o liberalismo neoclássico do século XIX, o neoliberalismo da luta teórica de Hayek e Friedman e o neoliberalismo "implementado" a partir do golpe militar de 1973 no Chile. [...] Nessa linha o momento atual seria uma exacerbação do paradigma teórico abrangente."(CARVALHO, 2004, p. 138).

A segunda proposta é de Perry Anderson e baseia-se nos triunfos de governos neoliberais: "Chile em 1973, Thatcher e Reagan em 1980-81, [...] "conversões" na América Latina a partir do final dos anos 1980: o PRI Mexicano, Menem na Argentina, Fujimori no Peru". (CARVALHO, 2004, P. 138). Nessa perspectiva, o neoliberalismo se revela um processo capaz de converter forças políticas que lhe faziam oposição. Ou ainda, que se elegeram criticando-o de forma agressiva. Ao passo que também é flexível o bastante para acomodar as especificidades de cada nação.

Para Carvalho, visto sob esse prisma, a conversão de Lula e do PT ao neoliberalismo é apenas "mais um governo eleito pela esquerda que se rende aos paradigmas dominantes, tomando o cuidado de defender que as mudanças não rompam a fidelidade ao que dizia ser". (CARVALHO, 2004, p. 138-9). Nessa esteira,

também entende Boito “A conversão do PT ao credo do livre mercado aparece como mais um episódio [...] nesse processo de implantação e consolidação da nova hegemonia burguesa” (BOITO JUNIOR, 2006, p. 14).

#### **4.2 As Bases de Apoio ao Modelo Neoliberal**

A política continuísta do governo Lula é possibilitada por certas condições sociais e políticas. Boito afirma que as classes e as relações de classe sofreram mudanças drásticas, ao longo dos anos 80 e 90. Assim como também sofreram mutações os movimentos sociais e o panorama ideológico e político no Brasil. É justamente dessa estrutura social e econômica e das relações ideológicas e de classe que é constituída a infra-estrutura que justificará as alterações nas estruturas partidárias e governamentais.

Conforme ressalta Boito o PT não mudou sozinho, no entanto tem sua parcela de responsabilidade afinal:

“A cúpula partidária fez acordos de todo tipo para ser aceita pela burguesia, pelos partidos burgueses e pela mídia, mentiu ao eleitorado sobre políticas de crescimento, sobre criação de empregos, sobre reforma agrária, e sobre respeito aos direitos previdenciários e, uma vez no governo, tem traído todas as promessas de campanha”. (BOITO JUNIOR, 2006, p. 12).

Nesse processo de mudança, o neoliberalismo logrou obter apoio das classes populares, da burguesia e da classe média. Quer por processos de atração ou de neutralidade acabam por expressar apoio ao governo.

A classe mais beneficiada é, sem dúvida, a burguesia, que exerce pressão para que o governo Lula aja conforme seus objetivos. A classe média alta é atraída pelo neoliberalismo por causa da crítica que esse faz ao Estado de Bem Estar social. Devido, sobretudo, aos altos impostos que o Estado de bem-estar social faz incidir sobre a classe abastarda além, é claro, de representar declínio social pela diminuição da desigualdade social. O mais impressionante, no entanto, é o impacto popular que o modelo neoliberal conseguiu causar.

A alta burguesia é o setor prioritário para o modelo neoliberal, no entanto, são as classes populares as fundamentais para o apoio que ele necessita. Em geral, essa classe é paupérrima e desorganizada, também em consequência do modelo econômico. Boito (2006) explica que é uma classe-apoio<sup>3</sup> do bloco de poder neoliberal, e não uma classe aliada sua, por causa do apoio inorgânico e difuso que esse setor popular lhe proporciona e ainda, em função de razões fundamentalmente ideológicas. Ou seja, eles apóiam o governo sem que tenham seus interesses atendidos pela política de Estado.

É claro que parte desses trabalhadores se organizam em movimentos como o Movimento Sem Terra- MST, que de alguma forma se colocam contra os principais aspectos do modelo neoliberal. Outro aspecto que Boito descreve em seu texto é o fato dessa massa paupérrima ser movida por algum tipo de revolta legítima contra o caráter excludente do capitalismo brasileiro, ainda que o faça de forma desorganizada. Segundo ele, a revolta é complexa porque é cega, sem direção, e por isso pode ser "confiscada pela burguesia financeira e pelo imperialismo e direcionada para um objetivo político reacionário" (BOITO JUNIOR, 2006, p. 25).

A revolta contra a desigualdade social, por exemplo, foi convertida em prol do apoio à implantação do Estado mínimo neoliberal. O discurso neoliberal apresenta o Estado como o "inimigo" que deve ser tirado de cena e com ele o funcionalismo público é visto como o setor privilegiado, e se torna o alvo de críticas. O objetivo do neoliberalismo é cortar gastos públicos, reduzir direitos e, com isso, proporcionar a remuneração do capital financeiro, abrindo novas áreas para a acumulação capitalista.

No Brasil, essa prática pôde ser vista ainda em Fernando Collor de Mello que apelava às classes populares (descamisados) para o ajudarem na perseguição aos funcionários públicos (marajás). Fernando Henrique Cardoso também usou da mesma prática criticando os privilégios do funcionalismo público e implantando

---

<sup>3</sup> vale dizer que Boito explica, no artigo citado supra, o uso que faz do termo classe-apoio em seu texto. Nele, o termo deve ser lido livremente, e não em seu sentido original onde classe-apoio apoia um regime de Estado e não apenas um bloco de poder. Conceito de Nicos Poulantzas.

medidas compensatórias. Boito caracteriza essas ações políticas e ideológicas como uma modalidade de populismo, guardadas as diferenças ao populismo clássico.

Como todo populismo, esse novo tipo pode ser definido pelo apelo feito às massas politicamente desorganizadas pela liderança política, especialmente o Estado. As massas acabam atendendo a esses apelos, e depositando suas esperanças na ação protetora do Estado. A diferença nesse novo tipo de populismo reside no fato das desigualdades sociais e a dependência econômica aumentarem. Boito nomeia esse novo tipo de Populismo Regressista. (BOITO JUNIOR, 2006).

O populismo de Getúlio tinha por inimigo o capital estrangeiro e seus aliados. Esse populismo procurava a todo custo vencer o imperialismo. Já o populismo regressista não quer derrotar o imperialismo, ao contrário, é "orientado e tutelado pelas agências do capital financeiro internacional". (BOITO JUNIOR, op. cit.,p. 26). O inimigo dessa vez é, como dissemos, o funcionalismo público, as vantagens e os altos rendimentos da cúpula do Estado. Para Boito, Lula tem exercido com maior eficácia esse tipo de populismo devido à sua origem operária. Mantendo cativa a simpatia dessas classes populares desorganizadas. O que, em sua visão, é uma ironia do destino já que no passado costumara criticar as ações do tipo populistas.

A classe paupérrima que serve de apoio a classe hegemônica neoliberal, e portando é o alvo das ações populistas, é composta de uma variedade de trabalhadores. Essa variedade se estende desde a classe média baixa até os desempregados, passando pelos autônomos ou subempregados. Todos fazem parte de setores populares que não têm seus interesses atendidos pelo neoliberalismo.

O populismo regressivo que se dirige a esse setor tem um aspecto positivo e um negativo. O que Boito determina como positivo são as sobras do banquete na forma de políticas compensatórias. O aspecto negativo é o fato dessas políticas desviarem a atenção do povo para o inimigo errado, encobertando o verdadeiro "inimigo". Dessa forma, essa massa paupérrima permanece alienada e apoiando um sistema que não a fortalece e não a permite crescer.



Todos os três neoliberais usaram de uma forma ou outra do populismo regressista que Boito descreve. Collor enfatizava o aspecto negativo em sua luta contra os marajás. Já FHC, apelou para a vitória contra a inflação e a criação ou a ampliação de programas assistencialistas como o Bolsa Escola. Lula, por sua vez, utiliza dos dois aspectos. Ele começou seu governo enfatizando o lado positivo, ampliando as políticas sociais compensatórias. O Fome Zero foi o carro chefe do seu governo. Três meses depois precisou cortar os gastos com esse tipo de programa, devido a sua determinação em elevar o superávit primário, e passou a dar ênfase aos aspectos negativos. Mais uma vez, o inimigo se tornou o funcionalismo público e seus privilégios.

### **4.3 LULA e o triunfo neoliberal**

O governo FHC significou a vitória do paradigma neoliberal. O sustentáculo foi uma aliança de classe fruto da escolha neoliberal. O consenso liderado por Fernando Henrique formou-se em torno tanto do núcleo universitário, como do PSDB. O sucesso do plano real foi a base para a segunda eleição. No entanto, quando FHC propôs mudanças na propriedade do capital, a estagnação que se seguiu também em decorrência do modelo de inserção internacional, minou sua base eleitoral. (OLIVEIRA, 2003).

Dessa sorte, Lula surge como uma tentativa de articular os interesses que se fragmentaram com o segundo mandato FHC. Oliveira (2003) entende que o que se formou no governo FHC foi um caleidoscópio, ou seja, uma indeterminação política. E é nesse contexto político que Lula vai ser eleito, para "a promoção de mudanças no sentido oposto à estagnação em que patinou o governo FHC" (OLIVEIRA, 2003, p. 37). Os oito anos de governo FHC legaram uma indefinição de prioridades. Quando o governo Lula se inicia nenhum grupo social ou setor de classe poderia propor um programa para o governo como sendo "o programa do caleidoscópio". O autor afirma ainda que "o que sobra é um desenvolvimentismo rétro" (OLIVEIRA, 2003, p. 39-40).

Vale lembrar que, ao longo dos anos 90, o Brasil viveu um processo de mutações tanto no campo político como no social. O resultado foi a implantação de uma hegemonia burguesa no país que baseia-se, sobretudo, no discurso e na prática do modelo neoliberal dependente. Segundo Boito (2006), essa hegemonia está além dos partidos políticos ela age nas classes sociais. Para ele a hegemonia neoliberal é possível, contrariando o modelo proposto por Gramsci em *Cadernos do cárcere*, pois ela se deu de forma regressiva. Ou seja, a adesão das classes populares acontece ainda que na forma negativa seja por ilusão ideológica, por exemplo. Sem necessariamente obter ganhos materiais. (BOITO JUNIOR, 2006). É essa hegemonia regressiva que proporciona a base de sustentação do neoliberalismo junto às camadas populares.

Se partirmos da premissa de que o neoliberalismo é um paradigma com possibilidades variadas de políticas econômicas, "a adesão do governo Lula ao neoliberalismo vai além da escolha de uma política econômica" (CARVALHO, 2004, p. 139). Diante do quadro econômico do primeiro ano de governo, a equipe da Fazenda justificou suas escolhas políticas com fundamento na necessidade de "acalmar os mercados" e "ganhar credibilidade". Nessa mesma linha, é a opinião de Paulani:

“Ancorados num diagnóstico catastrofista, de que o país estaria pós-eleições, em dezembro de 2002, à beira do precipício econômico, os que tomaram posse em janeiro de 2003 encontraram aí o alibi para continuar e aprofundar a prática da política econômica que foi a tônica dos oito anos anteriores, sob Fernando Henrique Cardoso (FHC)” (PAULANI, 2004, p. 11).

Dessa forma, eles preparariam o terreno fértil para implementar os programas verdadeiramente do governo Lula.

Carvalho lembra que no Brasil, 2003, havia tantas escolhas, possibilidades quanto havia riscos. E as escolhas feitas lograram reduzir instabilidades de curto prazo. mas também inviabilizaram as mudanças que o PT prometeu durante toda a sua história. Para o autor, o "mais grave é que o continuísmo, mais que uma opção de curto prazo, é uma escolha estratégica." (CARVALHO, 2004, p. 140). Isso porque, segundo o documento *Política Econômica*

e Reformas Estruturais, do Ministério da Fazenda, as prioridades do governo são as mesmas propostas pelo governo FHC:

“Na seção a 'Política Macroeconomica' lê-se que 'o governo tem como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas'”. (CARVALHO, 2004, p. 140)

Na visão de Carvalho, é como se os problemas brasileiros se resumissem a "desequilíbrios orçamentários". É a visão que ignora a existência de uma ordem internacional assimétrica, injusta, para além de todo o problema estrutural interno do país. Coaduna-se o "triunfo completo da visão neoliberal" (CARVALHO, 2004, p. 140).

O governo Lula logrou dar continuidade as reformas, nos mesmos termos propostos pelo PSDB e pelo Banco Mundial, tanto, da Previdência como dos Tributos. Paulani (2004) afirma que o fato do governo ter iniciado sua implementação de políticas pela reforma previdenciária indica uma opção política pelo modelo neoliberal. Até porque o teor das reformas implementadas além de estabelecer um teto para a contrapartida do funcionalismo público, beneficia o capital financeiro internacional que ganha mais um mercado no Brasil, com a previdência complementar.

Em relação à reforma tributária, consoante a proposta do governo anterior, as medidas implementadas tinham o propósito de aumentar a competitividade externa da economia. O que se esperava, de um governo de esquerda, era a reestruturação que fosse capaz de promover a redução da desigualdade social e a concentração de renda historicamente típica do Brasil.

Outro exemplo do triunfo neoliberal é a questão da autonomia do Banco Central que, desde 1989, tentava burlar o art. 192 a Constituição Federal, foi proposta por Serra e ficou anos sem resolução no congresso até que o Governo Lula reavivou os debates e aprovou ainda no começo de 2003. Em contrapartida, a política externa teve seu ponto forte na formação de bloco com outros países periféricos e ainda que não critique abertura comercial neoliberal é positiva, pois, se limita a atacar o protecionismo dos países ricos.

Lula instituiu o Fome Zero, programa cuja proposta não consegue chegar ao nível estrutural. Ou seja, não é capaz de fazer o capital empregado se reproduzir, assim como foi o instituto da seguridade social no Estado de Bem-Estar Social. Apesar de toda a proposta de ruptura, o que de fato se vislumbrou foi a continuação da política econômica de FHC, com os adornos de programas sociais como o Fome Zero, mais um paliativo como os empregados anteriormente, bolsa-escola, primeiro-emprego, entre outros. (OLIVEIRA, 2003).

Como exemplifica Carvalho (2004), o Fome Zero, tem por slogan 'O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome' (p.142), retirando o direito de comer e de ter uma vida digna do campo das responsabilidades do Estado, assim como das diretrizes que orientam a política econômica. Direitos fundamentais passaram para a retórica da cooperação, ajuda mútua e caridade. A luta pelo direito ao trabalho, salários dignos como pressupostos para acabar com a fome deixam de fazer parte do discurso. Cada vez mais, a retórica e a imagem do governo Lula ficam impregnados com os ideais neoliberais. A tradicional disputa do capital e do trabalho já não faz parte do discurso de governo.

Na mesma esteira, entram os direitos dos trabalhadores. A informalidade cresce, assim como velhas práticas de subemprego. O governo Lula, na linha neoliberal, protege os contratos que envolvem a remuneração do capital. E já não importa fazer cumprir os contratos que envolvem as obrigações do capital com o trabalho. Em relação aos índices econômicos, o presidente os declarou, várias vezes, melhores que antes. Ignorando o fato de indicadores de emprego e renda real terem caído continuamente (CARVALHO, 2004, p. 143).

Se recordarmos a fase de criação do Partido dos Trabalhadores - PT e da Central Única dos Trabalhadores - CUT, ao longo dos anos 80, ambos lutaram por direitos que sugeriam uma plataforma de implantação do Estado de Bem Estar Social. Nos dizeres de Boito:

O programa de instituição do Estado de Bem Estar Social, a estratégia de formação da grande frente de assalariados, a organização da CUT e do PT e o método de luta que consistia em recorrer às greves de massa eram, todos, aspectos distintos de uma mesma e única concepção política e sindical (BOITO JUNIOR, 2006, p. 19).

No entanto, ao longo dos anos 90 essa postura mudou. A CUT passou a substituir um sindicalismo de confronto por um sindicalismo propositivo retrocedendo para um insulamento corporativo. Mesmo diante do cenário da época e da clara dificuldade pelo que passava o movimento sindicalista, a estratégia de adotar um sindicalismo propositivo, consoante entende Boito (2006) é uma opção política.

A adesão de Lula e do PT ao neoliberalismo é clara. Consoante a análise de Carvalho, "se trata de conversão definitiva" p. 144. Tanto as posições estratégicas quanto os valores que orientam o governo se coadunam com o paradigma neoliberal. Além do modelo econômico, Lula herdou a base de sustentação política, todos os mecanismos que utiliza são os mesmos de FHC, como ensina Boito:

"O governo Lula, ao aderir ao neoliberalismo, está elevando a uma etapa superior o longo processo que resultou na implantação de uma nova hegemonia burguesa no Brasil – a hegemonia regressiva do modelo capitalista neoliberal e periférico. Grande parte daquilo que faz hoje e os apoios políticos com que pode contar são, portanto, os mesmos utilizados por FHC. Lula herdou não só o modelo econômico, mas também a sua base de sustentação política. Herdou e reproduz o bloco no poder onde pontificam o grande capital, o capital estrangeiro e os bancos; herdou, também, os apoios que o neoliberalismo logrou obter no meio popular. (BOITO JUNIOR, 2006, p. 64)

A inovação do governo Lula se dará em torno de três aspectos. Primeiro, ele consegue criar uma ilusão de poder no núcleo operário do novo sindicalismo. Segundo, ele aprofunda o populismo regressivo, devido à sua origem popular. E em terceiro, com Lula no poder, a antiga resistência ao neoliberalismo que existia no parlamento brasileiro desaparece, a exemplo da já citada questão da autonomia do Banco Central.

A conversão do PT ao modelo neoliberal confirma a opção pelo modelo liberal- periférico. Como vimos, esse modelo privilegia a abertura financeira do país, o incentivo ao capital estrangeiro por diversas vias. Para garantir funcionamento e estabilidade macroeconômica esse modelo privilegia também as empresas transnacionais brasileiras dentro de uma perspectiva de geração de superávits comerciais (PASSARINHO, 2010).

Considerando a Política Externa, priorizar empresas transnacionais brasileiras implica na busca por mercados de forma que as exportações possam

aumentar. Passarinho (2010) entende que dessa forma é impossível desvincular a diplomacia do governo Lula dessa estratégia. Para ele, “a política externa brasileira, ancorada por uma diplomacia dita progressista, defende uma espécie de livre comércio, onde a atual divisão internacional do trabalho [...] é reforçada”. Da mesma forma entende Arraes (2008) o atual governo encaixa-se na nova divisão internacional do trabalho ao declarar-se agroexportador ainda que, no discurso, reverbera contra a desigualdade do comércio internacional.

#### **4.4 Algumas análises no discurso antes e depois das eleições de 2002**

Como forma de exemplificar, transcrevemos trechos da carta ao povo brasileiro de 22 de junho de 2002, onde o candidato Lula faz algumas ponderações sobre sua proposta de Estado:

“Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social”. (SILVA, 2002, p. 5).

O compromisso que o então candidato fazia era o de promover a justiça social na mesma linha discursiva que ele e o PT vinham fazendo desde os anos 90.

Dessa forma, a proposta que faz é de implementar uma espécie de Estado desenvolvimentista que seja capaz de impulsionar a economia. Em suas palavras: “Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos” (SILVA, 2002, p.4).

No entanto, o que se verificou foi o abandono dessas propostas para dar-se a continuidade do Estado Normal e neoliberal. Conforme Paulani cita em seu texto as manchetes dos jornais no final do primeiro ano de mandato indicam essa dicotomia: “Brasileiro compra menos alimentos em 2003”, “Com Lula, renda cai e desemprego cresce”, “Gasto Social não cresce com Lula”, e por outro lado:

“instituições financeiras obtêm resultados 6,7% maior em 2003” (PAULANI, 2004, p. 24).

No discurso da vitória datado de 28 de outubro de 2002, Lula afirmou que o Brasil votou acreditando na mudança, com esperanças de que o novo governo eleito traçaria outro rumo para a história do povo. Nas suas palavras: “A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda” (LULA, 2002)

Já em 24 de novembro de 2004, os jornais publicaram as declarações do presidente, em discurso na reunião com os ministros do PT, onde ele afirmava o contra-senso:

“Eu não mexo na política econômica. Não tem volta. O caminho está tomado e ponto final. Não adianta inventar. Os resultados são positivos e estamos colhendo os frutos, que devem aparecer em 2005. É importante que todo o governo e o partido tenham unidade de ação e discurso afinado. Quem pensa em contestar o rumo da economia não terá espaço comigo para discutir isso.” (NOBLAT, 2004)

Nas palavras do presidente, é possível ver a adesão clara aos ideais neoliberais. Ele também ressalta que tanto o governo quanto o partido devem manter-se afinados nessa proposta.

O continuísmo verificado nos discursos foi apontado também no manifesto dos economistas datado de junho de 2003, onde já era possível observar a adoção do neoliberalismo como política econômica pelo Governo Lula. Segundo eles:

“A adoção pelo governo Lula da mesma política econômica adotada no segundo mandato do governo FHC – e com o objetivo de manter o modelo de economia inaugurado por Collor -, demonstra que o desejo de mudança, expresso claramente pelo povo nas eleições de 2002, foi usurpado pelo mesmo poder econômico, que quer manter a todo custo seus privilégios (COFECON, 2004)”.

Para o grupo, Lula ao adotar a continuidade das políticas macroeconômicas do governo anterior agravava a crise social.

Em maio de 2004, Celso Furtado falou em entrevista ao Jornal do Brasil que a principal causa da recessão que vivia a economia brasileira era a falta de investimentos públicos. Fato que gerava efeitos nefastos nas regiões do país mais dependentes de investimentos governamentais. Para ele, o corte de investimentos públicos:

"força um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia, a congelar investimentos básicos como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento do balanço de pagamentos" (JORNAL DO BRASIL, 2004).

É possível, dessa maneira, vislumbrar, ainda em 2004, a adesão completa aos ideais neoliberais. Tendo o governo Lula, abandonado sua linha discursiva para aderir plenamente ao discurso que costumava combater.

Após o primeiro ano e meio de governo Lula a política externa proposta pelo Partido dos Trabalhadores transformou-se. Passando do “descrédito quanto à ação e conseqüente funcionamento dos organismos internacionais, [...] à aspiração de participar como membro decisor do mais importante deles, o Conselho de Segurança das Nações Unidas”, (ARRAES, 2008, p. 146-147). À mudança some-se a incorporação das práticas adotadas pela gestão anterior.



## 5. CONCLUSÃO

A implantação do neoliberalismo no Brasil, mais que uma consequência lógica do rumo que a Economia mundial tomava, foi uma opção política. O discurso neoliberal, que se implementou desde os anos 90, tinha a proposta de otimizar a Economia de forma que se proporcionasse seu impulso de forma quase natural. Como se fosse possível uma economia periférica crescer e se desenvolver minimizando problemas sociais com base simplesmente na desregulamentação, na abertura do mercado e na diminuição do papel do Estado.

O que pode se verificar nesse trabalho foi ainda que o discurso e a proposta da esquerda brasileira de implementação do Estado de Bem estar social, com a efetiva repartição de lucros e a diminuição da desigualdade social não pôde ser verificado na prática. Ao assumir o governo, Lula aplicou as mesmas políticas de seu antecessor FHC e herdou dele também o apoio da burguesia financeira e política, as maiores favorecidas pelas políticas neoliberais. No entanto, o mais impressionante foi o apoio que as classes populares deram ao neoliberalismo.

Esse apoio, conforme se vê foi dado aos três presidentes do período por razões opostas. O chamado populismo regressista conseguiu a adesão das camadas mais pobres na hipotética luta contra o falso inimigo nomeado pelo jogo político de funcionalismo público. Em outros momentos, os programas de cunho assistencialista fizeram as classes populares apoiarem irrestritamente o governo neoliberal. O triunfo neoliberal foi visto no governo Lula, pois esse conseguiu uniformizar o congresso. A barreira que existia antes no parlamento aos ideais neoliberais e que, de certa forma, mantinham algum obstáculo ao seu implemento total foi quebrada quando da vitória nas eleições de 2002.

Das análises feitas, verifica-se que a proposta de Estado e de política econômica não se coaduna com o que de fato se implementou no país. Ao contrário, o que se verificou foi o continuísmo de políticas econômicas anteriores, que ganharam ainda mais força sob o véu do populismo regressivo legitimado pela veia sindicalista do governo. Houve a diminuição dos direitos trabalhistas, o aumento da desigualdade social. Além da diminuição de direitos sociais, como a previdência, que

acabou por beneficiar o capital financeiro internacional que pode capitalizar em cima da complementaridade nas previdências privadas.

O Estado que se prometia desenvolvimentista, com forte atuação e políticas que de fato poderiam alterar o cenário social, acabou por se mostrar um Estado normal de características neoliberal e extremamente dependente do capital externo. Com todas as premissas do Estado normal, subserviente ao capital internacional, o que diminui a atuação do Estado na regulamentação da Economia e usa de uma hegemonia regressiva para manter a nação como base de apoio e sustentáculo fiel, ainda que alienado.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAES, Virgílio. “Chile: Breves Recordações Sobre neoliberalismo e ditadura.” *Correio da Cidadania*, 21 de Fevereiro de 2008: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1452/102/>. ( acesso em 15 de fevereiro de 2010).

ARRAES, Virgílio. *O desgaste da nova ordem mundial*. Brasília: Universa, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JUNIOR, Armando. “A Hegemonia Neoliberal no governo Lula.” *Crítica Marxista*, 2006: 10-36.

BRASIL, Jornal do. “JB on line.” *Jornal do Brasil*. 05 de maio de 2004. <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/economia/2004/05/04/joreco20040504006.html> (acesso em 28 de março de 2010).

CARVALHO, Carlos Eduardo. “Governo Lula: O triunfo espetacular do neoliberalismo.” *Margem Esquerda* (Boitempo editorial) 3 (2004): 131-146.

CEPAL. “Transformação e crise na América Latina e no Caribe.” In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, por Ricardo Bielschosky, 817-850. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CERVO, Amado L. “Sob o signo do neoliberal: as relações internacionais da América Latina.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 43 (2) (2000): 5-27.

CERVO, Amado L., e Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília-Df: IBRI, 2001.

COFECON. “Forum Brasil do Orçamento.” *Forum Brasil do Orçamento - FBO*. 22 de novembro de 2004. <http://www.forumfbo.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=91&sid=46> (acesso em 28 de março de 2010).

CYPHER, James M. “Is Chile a neoliberal success?” *Dollars & Sense* (Academic Reserch Library) 255 (setembro/outubro 2004): 30-35.

FIORI, José Luis. *60 lições dos 90*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIORI, José Luis. “O cosmopolitismo de cócora.” *Estudos Avançados (on line)* 14, n. 39 (2002): 21-32.

—. *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FURTADO, CELSO. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1970.

GUIMARÃES, João Paulo de Almeida. “Modelo Neoliberal e a procura de modelos alternativos.” *Política Externa*, 1995.

HOBBSAWM, Erik. *A era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURTZ, Marcus J. “Chile's Neo-Liberal Revolution: Incremental Decisions and Structural Transformation, 1973-89.” *Journal of Latin American Studies* (Cambridge University Press) 31, n. 2 (Maio 1999): 399-427.

MDIC, Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior. 03 de 2008. <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/200anos/html/index.html> (acesso em 23 de 02 de 2010).

MENEZES, Roberto Goulart. “A política externa brasileira sob o signo do neoliberalismo: diplomacia comercial, mercosul e dubiedades.” Campinas, SP: (s.n.), 2006.

NEF, Jorge. “The Chilean Model: Fact and Contradiction.” *Latin America Perspective - Chile since 1990: The Contradictions of Neoliberal Democratization. Part I* (Sage Publications, Inc) 30, n. 5 (setembro 2003): 16-40.

NOBLAT, Ricardo. “Jornal o Globo.” *Jornal o Globo*. 24 de novembro de 2004. <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2004/11/24/ordem-na-casa-palocci-ganha-de-goleada-19095.asp> (acesso em 28 de março de 2010).

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. “O enigma de Lula: ruptura ou continuidade.” *Margem Esquerda. ensaios marxistas* (Boitempo editorial) 1 (2003): 37-41.

PASSARINHO, Paulo. “Os impasses do modelo econômico sob Lula.” *Correio da Cidadania*. 12 de março de 2010. [http://www.correiodacidade.com.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=4429](http://www.correiodacidade.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4429) (acesso em 22 de março de 2010).

PAULANI, Leda Maria. “Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano de governo Lula).” *Crítica Marxista*, 2004: 11-26.

PREBISH, Raul. *Capitalismo Periférico. Crisis y transformacion*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

REIS FILHO, Daniel Aarao. “Crise e Desagregação do socialismo.” In: *O Século XX.*, por Jorge Ferreira, Celeste Zenha Daniel Aarao Reis Filho, 163-183. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O mundo Socialista: Expansão e Apogeu.” In: *O Século XX*, por Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha, 11-33. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Luis Inácio Lula da. “Carta ao povo brasileiro.” *Fundação Perseu Abramo*. 22 de junho de 2002. <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> (acesso em 25 de outubro de 2009).

THORP, Rosemary. *Progreso, Pobreza y exclusion. Una historia economicade america latina en el siglo XX*. Washington-DC: Inter-American Development Bank, 1998.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. “Bases Históricas da Crise Mundial.” In: *A grande crise. A nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90.*, por Paulo Gilberto Fagundes (org) Vizentini, 11-30. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. “The present state of the debate on World Inequality.” In: *Development and underdevelopment: the political economy of inequality*, por Michell A. Seligson e John T. Passé-Smith, 217-230. Colorado - USA: Lynne Rienner Publisher, Inc, 1993.